



DIVULGAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

4º TRIMESTRE DE 2018

2018



UFAM

REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida

DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Luciana Damasceno Costa

Coordenadora de Contabilidade

Cecília Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação de Contabilidade

Cleide Maria da Silva Leal

Thayane de Souza Amaral

Sumário

Apresentação	07
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	16
1 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial.....	16
1.1 - Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial.....	16
1.2 - Ativo.....	19
1.2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
1.2.2 - Créditos a Curto Prazo.....	19
1.2.3 - Estoques.....	20
1.2.4 - Intangível.....	21
1.3 - Passivo.....	21
1.3.1 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	21
1.3.2 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	22
1.3.2.1 –Valores Restituíveis.....	23
1.3.2.1 - Outras Obrigações a Curto Prazo.....	23
1.4- Anexos.....	24
1.4.1 - Imobilizado.....	24
1.4.2 - Intangível.....	28
1.4.3 - Fornecedores.....	30
1.4.4 - Obrigações Contratuais.....	33
2- Resultados da Análise dos Índices da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	40
2.1 – Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida.....	40
2.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas	43
2.2.1 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	43
2.2.2 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	43
2.2.3 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	44
2.3 - Variações Patrimoniais Diminutivas.....	45

2.3.1 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	45
2.3.2 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	45
2.3.2.1 –Incorporação de Passivos.....	46
2.3.2.2 - Desincorporação de Ativos.....	46
2.3.3 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	47
2.3.3.1 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	47
3 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Orçamentário.....	51
3.1 – Balanço Orçamentário Estendido.....	54
3.2 – Balanço Orçamentário - Análise.....	49
3.3 – Receitas Correntes.....	55
3.3.1– Receita de Serviços.....	55
3.3.2 - Transferências Correntes.....	55
3.3.3 - Receita Patrimonial.....	55
3.3.4 - Outras Receitas Correntes.....	50
3.4– Despesas Correntes.....	56
3.4.1-Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.....	56
3.4.2-Outras Despesas Correntes.....	56
3.5 - Despesas de Capital.....	56
3.5.1- Investimentos.....	56
3.6 - Anexos	57
3.6.1- Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar.....	57
4 - Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro.....	63
4.1 – Balanço Financeiro.....	63
4.2 – Ingressos.....	64
4.2.1 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	64
4.2.2 - Deduções da Receita Orçamentária.....	64
4.2.3 – Recebimentos Extraorçamentários.....	65
4.3 – Dispêndios.....	65
4.3.1 - Operações de Crédito.....	65
4.3.2 Desp. Orçamentárias – Transf. Financ. Concedidas (Indep da Exec. Orç).....	65
4.3.3 Desp. Extraorçamentárias.....	66

4.3.3.1 - Pagamento de Restos a Pagar Processados.....	66
4.3.3.2 - Pagamento de Restos a Pagar Não Processados.....	66
5 - Resultados da Análise dos Índices da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	69
5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa.....	69
5.2 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações – ingressos.....	71
5.2.1 – Receitas Derivadas e Originárias.....	71
5.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.....	72
5.4.1 – Outros Desembolsos de Investimentos.....	72
5.4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.....	20
Tabela 3 - Estoques.....	21
Tabela 4 - Intangível.....	21
Tabela 5 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	22
Tabela 6 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	22
Tabela 7 – Valores Restituíveis.....	23
Tabela 8 - Outras Obrigações a Curto Prazo.....	23
Tabela 9 - Indenizações, Restituições e Compensações.....	24
Tabela 10 – Imobilizado – Composição.....	25
Tabela 11 – Bens Móveis – Composição.....	25
Tabela 12 – Bens Imóveis – Composição.....	26
Tabela 13 – Bens de Uso Especial – Composição.....	27
Tabela 14 – Intangível – Composição.....	28
Tabela 15 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.....	29
Tabela 16 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270.....	30
Tabela 17 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora).....	30
Tabela 18 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270.....	31
Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039.....	32
Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224.....	32
Tabela 21 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução.....	34

Tabela 22 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	35
Tabela 23 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado.....	35
Tabela 24 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado.....	37
Tabela 25 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado.....	38
Tabela 26 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.....	43
Tabela 27 – Valorização e Ganhos Com Ativos e Desinc. de Passivos	44
Tabela 28 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	44
Tabela 29 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	45
Tabela 30 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos.....	46
Tabela 30.1 - Incorporação de Passivos.....	46
Tabela 30.2 – Desincorporação de Ativos.....	47
Tabela 31 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	47
Tabela 32 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	48
Tabela 33 - Indenizações.....	50
Tabela 34 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270.....	57
Tabela 35 - Restos a pagar processado - Órgão 26270.....	58
Tabela 36 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224).....	59
Tabela 37 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa.....	60
Tabela 38 – Receitas Orçamentárias Vinculadas.....	64
Tabela 39 – Redução da Receita Orçamentária.....	64
Tabela 40 – Recebimento Extraorçamentário.....	65
Tabela 41 – Operações de Crédito.....	65
Tabela 42 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. de Exec. Orçamentária).....	66
Tabela 43 – Despesas Extraorçamentárias.....	66
Tabela 44 – Pagamento de Restos a Pagar Processados	67
Tabela 45 – Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	68
Tabela 46 – Receitas Derivadas e Originárias.....	72
Tabela 47 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos.....	72
Tabela 48 – Outros Desembolsos de Investimentos.....	73
Tabela 49 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	73

Apresentação

As Demonstrações Contábeis contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), seus Anexos, bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, serão evidenciados os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, e do Fluxos de Caixa da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Órgão 26270) dividido em duas unidades gestoras (UG 154039 - Universidade e UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas), com suas respectivas Notas Explicativas do 4º Trimestre de 2018. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

1 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas.

As estruturas e a composição das Demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Anexos; e
- VII. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i)

nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão:

(i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até R\$ 1.000 (mil reais); e (ii) acima de R\$ 1.000 (mil reais). A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de R\$ 1.000 (mil reais) são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até R\$ 1.000 (mil reais), o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de R\$ 1.000 (mil reais), é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

(h) Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimação de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício.

(i) Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

(j) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(k) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(l) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e bens móveis.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(o) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(p) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao

final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

(q) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos

relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(s) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(t) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(t.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(t.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(t.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1 Resultados da Análise dos Índices do Balanço Patrimonial

1.1 Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	79.203.067,67	47.877.917,08	PASSIVO CIRCULANTE	58.825.574,35	18.775.185,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	63.636.538,17	31.013.524,44	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	43.192.042,03	7.028.923,54
Créditos a Curto Prazo			Prazo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	10.445.825,57	13.091.004,51	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.835.940,7	8.417.407,1
Estoques			Obrigações de Repartição a Outros Entes	7	7
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda			Provisões a Curto Prazo		
VPDs Pagas Antecipadamente	5.120.703,93	3.773.388,13	Demais Obrigações a Curto Prazo		
				7.797.591,5	3.328.855,1
				5	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.895.856.202,63	1.864.157.833,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	284.544,56	
Ativo Realizável a Longo Prazo	54.049,60	53.955,80	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	284.544,56	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	54.049,60	53.955,80	Prazo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Estoques			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Investimentos			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Participações Permanentes			Provisões a Longo Prazo		
Propriedades para Investimento			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Propriedades para Investimento			Resultado Diferido		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos					
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	59.110.118,91	18.775.185,81
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS				2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	1.895.700.423,64	1.863.971.335,46	Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Investimentos Permanentes	171.149.800,75	159.158.933,84	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-68.244,48	-64.191,00	(AFAC) Reservas de Capital		
Imobilizado			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Bens Móveis			Reservas de		
Bens	1.724.550.622,8	1.704.812.401,6	Lucros	1.915.949.151,3	1.893.260.564,72
Móveis	9	2	Demais Reservas	9	153.826.223,29
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	1.727.862.297,62	1.706.763.742,33	Resultados	25.543.105,78	1.827.577.811,03
Móveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.311.674,73	-1.951.340,71	Acumulados	1.893.260.564,72	-88.143.469,60
Bens Imóveis	101.729,39	132.542,19	Resultado do Exercício	-2.854.519,11	
Bens	101.063,39	101.063,39	Resultados de Exercícios Anteriores		
Imóveis	101.063,39	101.063,39	Ajustes de Exercícios Anteriores		
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.915.949.151,39	1.893.260.564,72
Imóveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens					
Imóveis	666,0	31.478,80			
Intangível					
Softwares	0	31.478,80			
Softwares	666,00				
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de					
Softwares Marcas, Direitos e Patentes					
Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes					
Ind (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	1.975.059.270,30	1.912.035.750,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.975.059.270,30	1.912.035.750,53

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	63.636.538,17	31.016.057,60	PASSIVO FINANCEIRO	113.849.350,55	67.241.025,98
ATIVO PERMANENTE	1.911.422.732,13	1.881.019.692,93	PASSIVO PERMANENTE	2.056.373,79	6.954.735,91
			SALDO PATRIMONIAL	1.859.153.545,96	1.837.839.988,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	104.276.305,94	64.710.536,39	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	70.092.268,51	91.063.595,26
Execução dos Atos Potenciais Ativos	104.276.305,94	64.710.536,39	Execução dos Atos Potenciais Passivos	70.092.268,51	91.063.595,26
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	28.208.867,81	64.710.536,39	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	70.092.268,51	91.063.595,26
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	72.813.587,92	25.156.985,18	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1	6
Direitos Contratuais a Executar	2	8	Obrigações Contratuais a Executar		
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	3.253.850,21	36.299.701,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	2.146.460,20	2.146.460,20
		3.253.850,21		0	0
		1		67.945.808,31	88.917.135,06
TOTAL	104.276.305,94	64.710.536,39	TOTAL	70.092.268,51	91.063.595,26

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICITFINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-21.879.226,04
Recursos Vinculados	-28.333.586,34
Educação	-3.305.608,29
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-7.547.173,03
Recursos de Receitas Financeiras	-1.129.015,98
Operação de Crédito	-1.200.000,00
Doações	-475.405,32
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.022.607,94
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-22.698.991,66
TOTAL	-50.212.812,38

1.2 ATIVO

1.2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma variação horizontal de 105,19% entre 31/12/2017 e 31/12/2018 do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Esta variação de 105,19% se dá devido ao saldo que encerrou nas contas de RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO, que foi de R\$ 60.708.909,51, conta que passou a ser movimentada a partir da nova rotina de pagamento de Folha de Pessoal (Dez/2018), saldo este que foi baixado em janeiro de 2019 com o efetivo pagamento da Folha.

Vale informar que o saldo do Grupo de Contas CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, sofreu em Nov/2018, uma redução de R\$ 12.636.908,01 que se refere à devolução do saldo do Convênio sob nº 03/2010 - "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica", ao órgão de origem: MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esta devolução se deu devido à perda de prazo da execução do projeto, firmada entre MCTI e UFAM.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63.636.538,17	31.013.524,44	-
Total	63.636.538,17	31.013.524,44	105,19%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.2.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma redução de -20% entre 31/12/2017 (R\$ 13.091.004,51) e 31/12/2018 (R\$ 10.445.825,57) do Grupo de Contas CREDITOS A CURTO PRAZO.

Esta variação se deve à movimentação na conta de 13º SALARIO - ADIANTAMENTO que no 4º Trimestre 2017 contava com um saldo de R\$ 3.280.384,71, enquanto no 4º Trimestre de 2018 com um saldo de R\$ 564.215,81.

Esta diferença se dá devido à adoção no exercício de 2018 das orientações da SPO/MEC através da Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO que trata da baixa das provisões para que o saldo da conta 13º SALARIO - ADIANTAMENTO fique atualizada com o saldo real. Vale ressaltar que o saldo a maior do exercício de 2017 foi baixado em 2018 conforme orientações da SPO/MEC através da MSG Comunica 2018/1229780.

Foi detectado durante análise da Conta Contábil de Créditos a Receber por Cessão de Pessoal distorções de valores quanto aos reembolsos devidos pelos órgãos cessionários em relação ao pessoal cedido aos menos pela UFAM. A Coordenação de Contabilidade informou essa inconsistência à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, pedindo esclarecimentos e providências, conforme Memorandos 483/2018-DEFIN e 001/2019-DEFIN.

Em resposta, a PROGESP encaminhou o Ofício nº 003/2019/PROGESP/GABINETE/UFAM, relatando o seguinte:

1. Os valores a serem reembolsados são mensalmente encaminhados às entidades cessionárias na forma do Art. 10 do Decreto nº 9.144/2017.

2. Nem todas as cessões geram o direito ao reembolso, de acordo com o Art. 7 do Decreto nº 9.144/2017.

3. O sistema SIAPE não possui ferramentas de verificação dos pagamentos das Guias de Recolhimento da União - GRU.

Desta forma, a PROGESP solicitou do Departamento Financeiro os pagamentos das GRU's, solicitação esta que já foi atendida através do Memorando nº xx.

Vale ressaltar que após a identificação dos inadimplentes pela PROGESP, os cessionários serão notificados e, se for o caso, o encerramento das cessões serão providenciados.

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
CREDITOS A CURTO PRAZO	10.445.825,57	13.091.004,51	-
Total	10.445.825,57	13.091.004,51	-20,00%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.2.3 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma variação horizontal de 35,71% entre 31/12/2017 (R\$ 3.773.388,13) e 31/12/2018 (R\$ 5.120.703,93) do Grupo de Contas ESTOQUES.

Esta variação se deve à movimentação na conta de ALMOXARIFADO - Materiais de Consumo - Medicamentos e Materiais Hospitalares da UG Secundária 15256 - HUGV, que terminou o 4º Trimestre de 2017 com um saldo de R\$ 2.623.238,88, enquanto no 4º Trimestre de 2018 apresentou um saldo de R\$ 4.295.539,85.

Tabela 3 – Estoques

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
ESTOQUES	5.120.703,93	3.773.388,13	-
Total	5.120.703,93	3.773.388,13	35,71%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.2.4 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A partir da análise dos índices na revisão analítica, pode-se verificar uma redução de -23,25% entre 31/12/2017 (R\$ 132.542,19) e 31/12/2018 (R\$ 101.729,39) do Grupo de Contas INTANGÍVEL.

Esta variação se deve às baixas realizadas nos saldos da conta MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS, devido impossibilidade de separação dos custos relacionados ao seu desenvolvimento (item 62 da IPSAS 31), conforme orientação da SPO/MEC através das mensagens 2017/0927998 e 2017/0947762.

Mais informações e detalhes constantes no Anexo - Intangíveis.

Tabela 4 – Intangível

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
INTANGÍVEL	101.729,39	132.542,19	-
Total	101.729,39	132.542,19	-23,25%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.3 PASSIVO

1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone,

propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, pode-se observar uma redução de -6,91% entre 31/12/2017 e 31/12/2018, contando no 4º Trimestre de 2018 com um saldo de R\$ 7.835.940,77, que se deve na proporção de 98,84% ao Grupo CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS, com um saldo equivalente a R\$ 7.744.775,26 que dividido por UG está da seguinte forma:

* FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 5.553.069,08 - que representa 71,70% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

* HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 2.191.706,18 - que representa 28,30% do grupo de contas em análise, que serão melhor detalhados no anexo Fornecedores.

Demais informações relevantes referentes a esta conta, constam no anexo próprio Fornecedores.

Tabela 5 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.835.940,77	8.417.407,17	-
Total	7.835.940,77	8.417.407,17	-6,91%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.3.2 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos outros subgrupos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Analisando o Grupo de Contas DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, pode-se observar uma variação horizontal positiva de 134,24% entre 31/12/2017 e 31/12/2018.

Tabela 6 – Demais Obrigações a Curto Prazo

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.797.591,55	3.328.855,10	-
Total	7.797.591,55	3.328.855,10	134,24%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

O saldo de R\$ 7.797.591,55 no 4º Trimestre de 2018, se deve principalmente à movimentação do seguinte grupo de contas:

1.3.2.1 Valores Restituíveis

A partir da análise do Grupo de Contas VALORES RESTITUIVEIS - CONSIGNAÇÕES, pode-se verificar um aumento na variação de 505% comparando os períodos 31/12/2018 (R\$ 7.049.836,32) e 31/12/2017 (R\$ 1.165.260,55) e, que se deve em grande parte à movimentação na Conta Retenções - Empréstimos e Financiamentos (R\$ 5.683.340,72).

O 4º Trimestre de 2018 finalizou com este saldo na conta de Retenções - Empréstimos e Financiamentos devido à nova rotina de pagamento de Folha de Pessoal (Dez/2018), saldo este que foi baixado em janeiro de 2019 com o efetivo pagamento da Folha.

Tabela 7 – Valores Restituíveis

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
VALORES RESTITUIVEIS	7.049.836,32	1.165.260,55	-
Total	7.049.836,32	1.165.260,55	505%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.3.2.2 - Outras Obrigações a Curto Prazo

A partir da análise do Grupo de Contas OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO, pode-se verificar uma redução de -65,44% comparando os períodos 31/12/2018 (747.755,23) e 31/12/2017 (2.163.594,55) e, que se deve em grande parte à movimentação na Conta Indenizações, Restituições e Compensações.

Tabela 8 – Outras Obrigações a Curto Prazo

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	747.755,23	2.163.594,55	-
Total	747.755,23	2.163.594,55	-65,44%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A conta de Indenizações, Restituições e Compensações apresentou em 31/12/2018 um saldo de R\$ 562.225,60 que se refere ao pagamento de indenização à C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, pela UG 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS, referente pagamento de Serviços de limpeza, conservação e higienização. Conforme informado pela UG 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS, as providências para regularizar as situações de indenização são:

- O processo que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de limpeza hospitalar encontra-se na Unidade de Hotelaria para adequações ao Termo de Referência. O processo que tem como objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva nos equipamentos da Engenharia Clínica encontra-se na Unidade de Licitação para elaboração da minuta do edital. Nas atividade de maqueiros atua a A C Gestão empresarial pregão 022/2018 e contrato 014/2018.

No encerramento de 2017 apresentava um saldo de R\$ 1.964.157,88, que se refere ao pagamento de indenização à FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES pela UG Secundária 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS, referente a serviços prestados na execução do Projeto de Assistência a Pesquisa, Ensino e Extensão para o HUGV, situação esta que já se encontra regularizada com o desligamento dos precarizados.

Tabela 9 – Indenizações, Restituições e Compensações

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES	562.225,60	1.964.157,88	-
Total	562.225,60	1.964.157,88	-91,77%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

1.4 - ANEXOS

1.4.1 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o Órgão 26270 apresentou um saldo de R\$ 1.895.700.423,64 bilhão relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 10 – Imobilizado – Composição.

	014/2018	014/2017	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	171.218.045,23	159.223.124,84	7,53%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	68.244,48	64.191,00	6,31%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.727.862.297,62	1.706.763.742,33	1,24%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	3.311.674,73	1.951.340,71	69,71%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.895.700.423,64	1.863.971.335,46	1,70%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26270 em 31/12/2018 totalizavam R\$ 171.218.045,23 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 11 – Bens Móveis – Composição

	014/2018	014/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	73.381.581,86	67.370.454,91	8,92%
Bens de Informática	37.145.006,83	35.103.356,00	5,82%
Móveis e Utensílios	34.822.260,99	32.459.124,19	7,28%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.410.544,55	13.071.565,67	10,24%
Veículos	7.311.917,91	7.135.631,91	2,47%
Bens Móveis em Andamento	363.175,24	352.992,85	2,88%
Bens Móveis em Almojarifado	1.588,80	1.588,80	0,00%
Demais Bens Móveis	3.781.969,05	3.728.410,51	1,44%
Depreciação / Amortização Acumulada	(68.244,48)	(64.191,00)	6,31%
Total	171.149.800,75	159.158.933,84	7,53%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 42,86% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto pelo quadro a seguir:

	014/2018	AV
1.2.3.1.1.01.01 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTAÇÃO	4.695.698,32	6,40%

1.2.3.1.1.01.02 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	397.670,64	0,54%
1.2.3.1.1.01.03 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO, LAB. E HOSP.	56.389.456,39	76,84%
1.2.3.1.1.01.04 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.214.746,33	1,66%
1.2.3.1.1.01.05 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	233.001,21	0,32%
1.2.3.1.1.01.06 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	817.260,57	1,11%
1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.898.727,88	8,04%
1.2.3.1.1.01.08 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.139.015,42	1,55%
1.2.3.1.1.01.09 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	1.145.997,05	1,56%
1.2.3.1.1.01.12 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	6.500,00	0,01%
1.2.3.1.1.01.13 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	32.093,95	0,04%
1.2.3.1.1.01.18 EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	1.706,90	0,00%
1.2.3.1.1.01.20 MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIÁRIO	267.923,28	0,37%
1.2.3.1.1.01.21 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	143.840,70	0,20%
1.2.3.1.1.01.21 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	15.830,45	0,02%
1.2.3.1.1.01.25 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	933.821,52	1,27%
1.2.3.1.1.01.99 OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.291,25	0,07%
TOTAL	73.381.581,86	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 26270 em 31/12/2018 totalizavam R\$ 1.724.550.622,79 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 12 – Bens Imóveis – Composição.

R\$ milhares			
	014/2018	014/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	1.475.250.080,07	1.467.319.318,77	85,54%
Bens Dominicais	272.526,45	272.526,45	0,02%
Bens Imóveis em Andamento	247.995.829,95	234.828.036,06	14,38%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	151.182,36	151.182,36	0,01%
Instalações	3.850.943,52	3.850.943,52	0,22%
Demais Bens Imóveis	341.735,17	341.735,17	0,02%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.311.674,73)	(1.951.340,71)	-0,19%
Total	1.724.550.622,79	1.704.812.401,62	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

De acordo com a tabela anterior, Bens de Uso Especial correspondem a 85,38% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26270, perfazendo o montante de R\$ 1.475.250.069,07 bilhão em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 13 – Bens de Uso Especial – Composição

	014/2018	014/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00%
Terrenos, Glebas	220.930,05	220.930,05	0,00%
Imóveis de Uso Educacional	1.475.029.150,12	1.467.098.388,72	0,54%
Edifícios	0,00	0,00	0,00%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	0,00%
Total	1.475.250.080,17	1.467.319.318,77	0,54%

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinação, dentre outros.

Vale ressaltar que para as contas do Imobilizado que se referem a Imóveis os registros são efetuados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET. Está em andamento o processo de avaliação, reavaliação e atualização dos valores dos bens imóveis de uso especial da União sob a responsabilidade da UFAM. Em 2015, foi registrada no SPIUNET a reavaliação dos bens imóveis do Campus Universitário/Manaus. Em 2016, foi feito o registro dos demais imóveis em áreas dispersas da UFAM localizadas em Manaus. No segundo trimestre de 2017, foi realizado o registro da valorização dos terrenos dos Campi dos Interiores.

Em resposta ao memorando 387/2018 – DEFIN, a Coordenação de Planejamento Físico da Prefeitura do Campus informa que até a presente data não recebeu resposta da Superintendência do IBAMA, sobre a regularização dos Imóveis de Parintins e, portanto não há como registrar as benfeitorias desses imóveis devido a sua posse não estar regularizada.

Ao atualizar a situação de imóveis em “Doação sem Encargo” para a situação de “Uso em Serviço Público” verificamos que houve um registro na conta de Imóveis

Residenciais/Comerciais. Por meio do Memorando 351/2018, solicitamos à Prefeitura do Campus verificar a regularidade do citado registro. Informamos que essa situação já foi devidamente ajustada para esse trimestre.

(a.2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

A depreciação dos bens móveis ainda não está acontecendo, porém por meio das Portarias 094/2018 e 095/2018 e 096/2018, foram instituídas as comissões de Depreciação, Amortização e Implantação de Centro de Custos no âmbito da UFAM, as quais, em reuniões de avaliação, têm verificado o andamento dos procedimentos e os resultados alcançados. O Departamento de Material continua procedendo às atividades de inventário, inclusive identificando os bens inservíveis e providenciando as reclassificações e baixas necessárias. A Coordenação de Contabilidade permanece acompanhando a evolução do trabalho das citadas comissões e cobrando maior celeridade por parte do DEMAT quanto ao inventário.

Ressaltamos que o saldo presente na conta de Depreciação (R\$ 64.191,00) se refere a um teste piloto realizado em 2015 relacionado à conta de veículos. Contudo, devido a problemas técnicos no módulo de Sistema Patrimonial do SIE envolvendo inclusive a atualização dos dados patrimoniais, o processo não foi dado continuidade. Foram acrescentados a esse valor o registro de R\$ 2.946,48, conforme a 2018NS007735 (30.11.2018) e R\$ 1.107,00, de acordo com a 2018NS007735 (30.11.2018). Tais valores são referentes à doação de bens móveis oriundos de Acordo de Cooperação entre FUA e FUB. Tratam-se de 3 microcomputadores e 3 projetores de multimídia. Não foram registrados no Sistema Patrimonial SIE, conforme justificativa descrita no Memorando 115/2018- DEMAT.

Em relação à conta de Imóveis da UG 154039, o registro da depreciação dos mesmos vem sendo realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional através da UG 170999, diretamente no sistema SIAFI.

De acordo com a contadora da UG 150224 (Hospital Universitário), os procedimentos relacionados à cessão dos bens móveis consoante ao processo 23105.04752/2018 protocolado na Ufam em 07/02/2018, ainda não foram concluídos até a presente data.

Não constam no Patrimônio da UG 150224 (HUGV) bens Imóveis.

A UG150224 reafirma que o inventário dos bens permanentes já foram concluídos faltando somente a cessão de uso do imóvel.

1.4.2 - Intangível

Informamos que este **Órgão 26270 - FUAM**, já constituiu Comissão Multidisciplinar para formalizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a reorganização do trâmite desses Ativos, para que transitem

pelo setor de Patrimônio, as reuniões já estão em andamento e tão breve os procedimentos já estarão sendo adotados.

No **Órgão 26270 - FUA**, apenas a **UG: 154039 - Universidade Federal do Amazonas** apresenta bens intangíveis no momento. A mesma possui apenas sete ativos gerados internamente, já com propriedade intelectual concedida. Os demais ainda estão em fase de desenvolvimento.

Informamos, que, de acordo com informações dos setores responsáveis, o Ativos Intangíveis pertencentes a esta UG são classificados como Vida Útil Indefinida, estando dispensados da amortização.

Informamos ainda que a Coordenação de Contabilidade solicitou ao CETIC uma nova avaliação para verificarmos a necessidade de alteração desta classificação, conforme Memorando nº 505/2018-DEFIN.

Em 31/12/2018, o **Órgão 26270 - FUAM**, apresentou um saldo de **R\$ 101.729,39** relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os períodos de 2018 e 2017.

Tabela 14 – Intangível – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Indefinida	101.063,39	101.063,39	-
Marcas Direitos e Patentes Industriais	666,00	31.478,80	-
Total	101.729,39	132.542,19	-23,25%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Pode-se verificar uma redução de -23,25% no Grupo dos Intangíveis que se deve às baixas realizadas nos saldos da conta MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS, devido impossibilidade de separação dos custos relacionados ao seu desenvolvimento (item 62 da IPSAS 31), conforme orientação da SPO/MEC através das mensagens 2017/0927998 e 2017/0947762.

No intangível, destaca-se ainda o item **Software com Vida Útil Indefinida** que representa cerca de **99,35%** do grupo, composto pelos seguintes itens:

Tabela 15 – Software com Vida Útil Indefinida – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIOTÉRIO UFAM	59.689,39	59.689,39	-
73 LICENÇAS DO SOFTWARE VISUAL CLASS ANDROID	34.058,00	34.058,00	-
SOFTWARE DE PRÁTICAS DE ESPORTES UFAM	2.780,00	2.780,00	-
FERRAM.DE TESTES DE INTEG SISTÊMICA - TELECOM	140,00	140,00	-

SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	4.396,00	4.396,00	-
Total	101.063,39	101.063,39	-

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Informamos ainda, que o saldo de R\$ 666,00 da conta MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS foi completamente baixado em janeiro/2019.

1.4.3 – Fornecedores

Em 31/12/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 7.835.940,77, relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo na sua totalidade de obrigações a curto prazo e nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 12, com os fornecedores.

Tabela 16 - Fornecedores e Contas a Pagar - Órgão 26270

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Nacionais	7.835.940,77	8.417.407,17	- 6,91%
Estrangeiros	-----	-----	
Total	7.835.940,77	8.417.407,17	- 6,91%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100 % do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 13, relacionando o montante por órgão contratante com valores por Unidade Gestora de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 17 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora)

	31/12/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	5.644.234,59	72,03%
Órgão 26270 - UG 150224	2.191.706,18	27,97%
Total	7.835.940,77	100%

Fonte: SIAFI, 2018

A UG 154039 é responsável por 72,03% do total a ser pago, enquanto a UG 150224 representa 27,97% desse montante. Cabe destacar, que a UG 154039 representa o montante mais significativo, uma vez que possui uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224),

justificando assim um valor a serem pago aos fornecedores mais relevante.

Na tabela 14, apresentada a seguir, relacionam-se os 07 (sete) fornecedores com valores mais expressivos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

Tabela 18 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor Órgão 26270

		31/12/2018	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	1.786.526,00	22,80%
B	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	1.259.115,45	16,07%
C	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	1.195.705,00	15,26%
D	RT COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA	447.237,63	5,71%
E	G.H MACÁRIO BENTO	234.498,60	2,99%
F	AMAZON SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	189.607,24	2,42%
G	HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA EIRELI	186.810,90	2,38%
H	DEMAIS	2.536.439,95	32,37%
TOTAL		7.835.940,77	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação aos 07 (sete) fornecedores do Órgão com saldos mais relevantes, representam 67,63% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações dos 05 (cinco) fornecedores com valores mais relevantes:

(a) Fornecedor A: trata-se de valores referentes a despesas com os seguintes contratos da UG 154039:

- ✓ Contrato 48/2017, que trata dos valores das terceiras e quartas parcelas do projeto "Programa de Qualificação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) com vigência até 28/12/2019;
- ✓ Contrato 47/2017, que trata da segunda parcela do projeto " Curso de Especialização em Saúde da Família" com rescisão em 09.01.2019. Vale ressaltar que esta fatura já se encontrava liquidada anteriormente a esta data;

Em relação aos contratos firmados pela UNISOL, a Procuradoria Federal Junto à UFAM emitiu um documento COTA n.00099/2018/PFFUA/PGF/AGU onde se manifesta impedida de aprovar novas contratações com essa Fundação, em virtude de uma recomendação do Ministério Público do Amazonas para que sejam celebrados contratos, convênios, termos de parceria ou qualquer outra forma de negociação com a UNISOL. A recomendação foi emitida no dia 30 de agosto de 2018.

Diante desse fato, o Departamento Financeiro emitiu o Memorando nº431/2018 informando essa situação para que a Pró-Reitoria de Administração e Finanças tome ciência e tome as providências cabíveis.

Dessa forma, as parcelas dos contratos firmados anteriormente a recomendação do MPE-AM, estão sendo liquidados e pagos mediante autorização do Pró-Reitor de Administração com a justificativa de que as paralisações dos serviços poderia trazer

maiores prejuízos à comunidade, e tendo sido prestados os serviços, é devido o respectivos pagamentos. Foi ressaltado nos despachos que a partir da data de 30 de agosto de 2018 não mais se firmou nenhum acordo, convênio ou qualquer outra avença com a UNISOL.

- (b) Fornecedor B: trata de valores referentes ao contrato 30/2012, que trata da obra de construção do Hospital Getúlio Vargas - HUGV com vigência até 01.04.2020. Maiores detalhes no Anexo de Obrigações Contratuais;
- (c) Fornecedor C: trata do valor de R\$ 1.270.000,00 referente a aquisição de tomógrafo (16 canais). para o HUGV através do pregão nº 028/2017;
- (d) Fornecedor D: trata-se de valores referentes ao contrato nº 19/2018 cujo objeto é a manutenção preventiva e corretiva da UG 154039 com vigência até 07/08/2019;
- (e) Fornecedor E: refere-se ao fornecimento de alimentação balanceada nutricionalmente e transportada aos pacientes do HUGV do período de 01/10/2018 a 23/10/2018, conforme contrato 006/2018.

Abaixo as Tabelas 15 e 16, referente aos 07 (sete) fornecedores mais relevantes por Unidade Gestora (154039,150224).

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 154039

		31/12/2018	AV(%)
A	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	1.786.526,00	31,54%
B	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	1.259.115,45	22,23%
C	RT COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA	447.237,63	7,90%
D	AMAZON SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	189.607,24	3,35%
E	HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA EIRELI	186.810,90	3,30%
F	COPEF CONSTRUÇÃO LTDA	183.925,51	3,25%
G	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	156.856,93	2,77%
H	DEMAIS	1.454.154,93	25,67%
TOTAL		5.664.234,59	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor UG 150224

		31/12/2018	AV(%)
A	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	1.195.705,00	54,56%
B	G.H MACARIO BENTO	234.498,60	10,70%
C	SERVIS SEGURANÇA LTDA	145.907,93	6,66%
D	CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	86.722,42	3,96%
E	J.N-MAXIMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	77.000,00	3,51%
F	BRINGEL MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	55.377,32	2,53%
G	MEDHAUS COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	44.104,57	2,01%
H	DEMAIS	352.390,34	16,08%
TOTAL		2.191.706,18	100,00%

Fonte: SIAFI, 2018

Os principais fornecedores das UGs 154039 e 150224, respectivamente, são a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões e a empresa Philips Medical Systems, conforme já mencionadas acima.

Enquanto a pendência da UG 150224 mencionada nas notas explicativas do 3º trimestre de 2019 em relação a empresa AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, no valor de R\$ 386.638,90 reais, que se refere a serviços de fornecimento de energia elétrica relativo ao exercício de 2016 dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro que ainda se encontrava em aberto. A contadora do HUGV informou as seguintes providências nas Notas Explicativas do 4º trimestre do HUGV:

Apurou-se que houveram alguns problemas de ordem técnica que impossibilitaram o pagamento, conforme memorando nº 911/2018 do Setor de Orçamento e Finanças, de 26/11/2018. Também foi apurado que a gestão tinha o intuito de negociar os débitos junto à Distribuidora. Neste sentido foi gerado o Memorando nº 1247/2018 – DAF, para cancelar o empenho. Superadas as questões de ordem técnica, e o débito foi pago através da 2018OB800046. Importante pontuar que a Gestão se manifestou através do Memorando nº1611/2018/DAF de 17/12/2018 que ocorreu um equívoco no encaminhamento para cancelamento do empenho. Quanto ao fato de ausência de pagamento de faturas de energia elétrica do Almojarifado e do próprio prédio do HUGV, a Gestão está se movimentando para apuração de todos os débitos para regularizar esta situação, considerando que o HUGV tem muitas dificuldades de recursos para cumprimento de suas despesas.

Ainda em relação aos fornecedores da UG 150224, apesar de não ser um dos destaques, porém mencionado em Notas Explicativas anteriores, a contadora desta UG relatou que a empresa C e C Serviços de Construção ainda continua sendo paga através de indenizações, referentes ao serviço de limpeza e conservação e manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos eletrônicos e mecânicos do HUGV. Em relação aos serviços de maqueiros, a continuidade das despesas pagas por indenização ainda continua, no entanto, já existe a formalização do contrato 14/2018 com a empresa A C Gestão Empresarial, vencedora do certame, pregão 022/2018 com vigência desde 26/10/2018 para execução dessa despesa. Tal situação está mais bem detalhada nas Notas Explicativas da Demonstração de Variação Patrimonial e Anexo de Obrigações Contratuais.

1.4.4 - Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 67.945.808,31, relacionado com as obrigações contratuais, sendo o saldo das parcelas que serão executados nos próximos meses.

A seguir, apresenta-se a tabela 16, com os principais contratos do órgão, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

TABELA 21 – Obrigações Contratuais – Órgão 26270 – Valores em Execução

	014/2018	014/2017	AH (%)
Aluguéis	37.652,84	218.774,41	-82,79%
Fornecimento de Bens	968.139,86	6.425.044,92	-84,93%
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros	10.410,60		
Serviços	66.929.605,01	82.273.315,73	-18,65%
Demais	-		
Total	67.945.808,31	88.917.135,06	-23,59%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas na Tabela 16, por tipo de classificação, representam na maioria os contratos de serviços por 98,50% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2018.

Sobre os saldos de alguns contratos presentes nas contas de controle, a UG 150224 informou:

ALUGUÉIS

Na data de **09/01/2019**, foi baixado o saldo constante da conta de Contratos de Aluguéis em Execução.

SERVIÇOS

- **SANE MAXI COMÉRCIO E SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS** De acordo com o memorando 060/2018-ULD-HUGV-Ufam, foi encaminhado a Divisão Administrativa Financeira o memorando 059/2018-ULD para manifestação sobre saldo do empenho e posterior ajuste da conta de controle de contratos, o que foi realizado nesta data, **10/01/2019**.
- **LS – SERVIÇOS DE LAVANDERIA LTDA-ME**: rescisão unilateral do contrato nº 025/2017 em 09/04/2018, com data de publicação em 17/05/2018, conforme consulta Siasg (Consulta Evento Contrato). A baixa do saldo remanescente ocorreu em **08/01/2019**
- **A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS**: o saldo da conta tem representatividade de 22,90% dos Contratos de Serviços em Execução. A Dispensa de licitação nº 015/2018 que gerou o contrato 010/2018 teve término em 29/12/2018, restando a liquidação referente dezembro/2018. O novo contrato nº 021/2018 decorrente do pregão 051/2018, publicado no DOU em 08/01/2019 tem vigência de 12 meses iniciando em 30/12/2018 e

terminando em 29/12/2019.

BENS

- **G.H. MACÁRIO:** cuja Dispensa de Licitação teve término em 23/10/2018 foi vencedora do certame, contrato 019/2018 e pregão 020/2018. Trata-se de empresa especializada para fornecimento de alimentação balanceada nutricionalmente e transportada para as dependências do Hospital Universitário Getúlio Vargas. O novo contrato tem vigência até 23/10/2019.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, relacionando-se os saldos das Obrigações Contratuais por Unidades Gestoras (154039 e 150224), vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/12/2018.

Tabela 22 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

Órgão 26270	014/2018	AV (%)
Unidade Gestora 154039	61.581.280,40	90,63%
Unidade Gestora 150224	6.364.527,91	9,37%
Total	67.945.808,31	100%

Fonte: SIAFI, 2018.

Entre as Unidades Gestoras que estão vinculadas ao órgão 26270, observa-se que a UG 154039 responde por 90,63% do total contratado.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 18, relacionando-se os saldos dos contratos mais representativos vinculadas ao Órgão 26270 na data base de 31/12/2018.

Tabela 23 - Obrigações Contratuais – Órgão 26270 Por Contratado

	31/12/2018	AV (%)
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUA	10.182.646,24	15,00%
AMAZON SECURITY LTDA	7.790.370,80	11,47%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	4.515.355,01	6,65%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	3.978.108,11	5,86%
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA	3.479.856,77	5,13%
R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO	3.072.745,31	4,53%
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	2.472.939,20	3,64%
DEMAIS	32.405.723,43	47,73%
Total	67.897.744,87	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Em relação aos 7 (sete) contratados mencionados acima na Tabela 18, os quais representam 52,28% do total a ser pago pelo Órgão 26270 com relação as obrigações contratuais, apresentamos o

resumo das principais transações:

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL	Contrato 60/2014 - Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais necessários, em regime de empreitada por preço unitário, para atender o Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho e unidades dispersas da FUA em Manaus/AM.	R\$ 11.105.134,08	10.182.646,24	12/10/2019
AMAZON SECURITY LTDA	Contrato 23/2018 - serviço de vigilância armada e desarmada, durante o período diurno e noturno, visando medidas de prevenção e proteção do patrimônio público e das pessoas que circulam nas instalações das unidades dispersas de Manaus e no Campus Artur Virgílio Filho da FUA.	R\$ 9.348.444,96	7.790.370,80	30/09/2019
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA – ME	Contrato 14/2015 - Concessão, a título oneroso, de espaços físicos destinados exclusivamente à exploração de serviço reprográfico para atender a comunidade acadêmica e administrativa da Universidade Federal do Amazonas	R\$ 2.963.767,56	2.564.797,27	09/08/2019
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	Contrato 10/2017 - Fornecimento de energia elétrica para o Campus Universitário e unidades dispersas Manaus.	R\$ 6.302.544,00	3.655.134,42	Dez/2018
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇOES LTDA	Obra de construção do Hospital Universitário HUGV	R\$ 105.905.487,00	3.479.856,77	01/04/2020
R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO	CONTRATO 19/2018 – Serviços de empresa especializada, no ramo de engenharia, p/ prest de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção predial, preventiva e corretiva, englobando manutenção predial geral (ITEM I), das instalações de água e esgoto (ITEM II).	R\$ 4.020.273,56	2.892.189,46	07/08/2019
M J RESTAURANTES LTDA - EPP	Alimentação (almoço, jantar e desjejum) – CAPITAL.	R\$ 8.812.800,00	2.472.939,20	01/03/2019

O principal valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 refere-se ao contratado ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL, Contrato 60/2014, e trata-se de

Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais necessários, em regime de empreitada por preço unitário, para atender o Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho e unidades dispersas da FUA em Manaus/AM, com execução até 12/10/2019.

O segundo valor do grupo de obrigações do Órgão 26270 são referentes à Contratada AMAZON SECURITY e trata-se do Contrato 23/2018, cujo objetivo é o serviço de vigilância armada e desarmada, durante o período diurno e noturno, visando medidas de prevenção e proteção do patrimônio público e das pessoas que circulam nas instalações das unidades dispersas de Manaus e no Campus Artur Virgílio Filho da FUA, vigente até 30/09/2019.

Em relação à contratada TECON que teve a vigência de seu contrato prorrogada até o dia 01/04/2020, ou seja, extrapolando os limites dispostos na Lei 8666/93, que determina em seu art. 57 que os contratos administrativos não podem ultrapassar o período de 60 meses, sendo prorrogados por mais 12 meses em caráter excepcional. Tal situação foi questionada e informada na Nota do Terceiro Trimestre.

Em demanda solicitada pelo Magnífico Reitor, a Auditoria Interna por meio do parecer 04/2018 apresenta três Constatções:

Constatação I – Sucessivos atrasos na execução da obra relacionados a problemas de projeto, licenças e interrupções;

Constatação II – Atraso nas entregas de autorizações devidas à obra e ausência de renovação indispensável à execução dos serviços;

Constatação III – Ausência da Licença do “Habite-se”.

As constatações acima descritas resultaram em oito recomendações por parte da Auditoria Interna destinadas à Administração Superior da UFAM.

Estas recomendações encontram-se em monitoramento através do Sistema de Auditoria – SIAUDI, para manifestação de cada gestor responsável.

Abaixo as Tabelas 19 e 20, com os principais valores dos grupos das obrigações contratadas por Unidade Gestora (154039 e 150224).

Tabela 24 - Obrigações Contratuais – UG 154039 Por Contratado

	014/2018	AV (%)
ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL	10.182.646,24	15,00%
AMAZON SECURITY LTDA	7.790.370,80	11,47%
COPYTEC SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME	4.515.355,01	6,65%
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	3.978.108,11	5,86%
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUcoes LTDA	3.479.856,77	5,13%
R T COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE CONSTRUCAO	3.072.745,31	4,53%

M J RESTAURANTES LTDA - EPP	2.472.939,20	3,64%
DEMAIS	32.405.723,43	47,73%
Total	67.897.744,87	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 25 - Obrigações Contratuais – UG 150224 Por Contratado

	014/2018	AV (%)
C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA	1.926.100,34	30,35%
SERVIS SEGURANCA LTDA	1.156.745,41	18,23%
A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVICOS DE OBRAS	863.965,05	13,61%
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.	655.434,99	10,33%
AC GESTAO EMPRESARIAL EIRELI - ME	476.192,45	7,50%
LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGIA - LA	237.972,50	3,75%
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTD	196.459,71	3,10%
DEMAIS	833.345,79	13,13%
Total	6.346.216,24	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Nas Tabelas 19 e 20, relaciona-se o contratado mais significativo e o saldo a executar por Unidade Gestora, na data base de 014/2018, conforme segue:

- ✓ UG 154039: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 154039, refere-se ao Fornecedor “ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL”, o qual é também o principal na lista do Órgão 26270, evidenciado na Tabela 18, devidamente descrito acima;
- ✓ UG 150224: o principal valor do grupo obrigações contratuais da UG 150224 refere-se ao Contrato com a empresa “C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA”, porém a UG informa que o saldo, composto de atividades de maqueiros, limpeza e conservação e manutenção de equipamentos, foi totalmente baixado em 08/01/2019, haja vista que a vigência de tais contratos encontravam-se expiradas. Assumindo as atividades de Maqueiros, a empresa A C Gestão Empresarial, vencedora do certame, pregão 022/2018 e contrato 014/2018 com vigência até 25/10/2019. No que tange ao processo que versa sobre a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de higienização e limpeza hospitalar, conforme memorando nº 016/2019-SEAD-HUGV-Ufam, o mesmo encontra-se na Unidade de Hotelaria para adequações

ao Termo de Referência, conforme reunião realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação no dia 28/12/2018. E no que se refere a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de manutenção em equipamentos de engenharia clínica do HUGV, de acordo com o memorando nº 017/2019-SEAD-HUGV-Ufam, este encontra-se na Unidade de Licitação para elaboração da minuta do edital. Maiores informações nas notas relativas à Demonstração de Variação Patrimonial.

Em relação aos processos da UG 150224 que vêm sendo pagos mediante procedimento indenizatório são apresentadas as seguintes considerações:

- **White Martins** - Considerando o questionamento do Defini através do Ofício 184/2018 quanto ao pagamento por indenização à empresa de despesas relativas ao exercício de 2017 somente em 2018, foi constatado que foram pagas despesas que tinham amparo contratual utilizando-se a modalidade “não se aplica”, através do 2018NE000276. O memorando 1610/2018 da Divisão de Administração Financeira esclareceu que o pagamento ocorreu desta forma, em razão de ficar caracterizado que o consumo do objeto contratual ultrapassou o quantitativo acordado através do processo licitatório.

- ✓ Demais informações sobre os pagamentos realizados pela Instituição por processo indenizatório, serão detalhadas no Balanço Patrimonial.

2. RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	922.802.195,25	1.019.367.327,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais	5.803.250,62	4.983.550,90
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	42.943,24	13.235,75
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.760.307,38	4.970.315,15
Venda de Mercadorias	1.896.779,20	3.471.323,21
Vendas de Produtos	664,4	1.400,2
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4	3
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais	1.896.114,76	3.469.902,98
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	919.372.951,81	20,0
Aportes do Banco Central	918.400.033,25	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	671.573,52	882.547.160,32
Transferências e Delegações Recebidas		881.065.064,56
Transferências Intragovernamentais		544.839,62
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos	301.345,0	
Transferências do Exterior	4	
Execução Orçamentária Delegada de Entes	8.014.257,12	937.256,1
Transferências de Pessoas Físicas	11,10	4
Outras Transferências e Delegações Recebidas		114.946.214,83
		70.727.767,48
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.930.750,76	
Reavaliação de Ativos	83.495,26	
Ganhos com Alienação	-12.285.043,50	42.446.170,40
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.772.276,95
Ganhos com Desincorporação de Passivos		13.419.077,95
Reversão de Redução ao		

Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais		
Aumentativas Variação Patrimonial		
Aumentativa a Classificar Resultado		
Positivo de Participações Operações da		
Autoridade Monetária		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	9.993,28	
Diversas Variações Patrimoniais	-12.295.036,78	
Aumentativas		13.419.077,95
	897.259.089,47	
	499.034.877,87	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos		
Remuneração a	383.335.700,75	865.541.103,92
Pessoal Encargos	84.957.158,11	475.534.701,89
Patronais Benefícios	30.742.019,01	374.451.380,89
a Pessoal	-	70.557.053,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	165.965.210,51	30.526.267,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	141.188.016,35	
Aposentadorias e Reformas	24.480.105,28	146.151.836,44
Pensões	-	122.556.060,69
Benefícios de Prestação Continuada	-	23.345.046,08
Benefícios Eventuais	297.088,8	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	8	250.729,6
Outros Benefícios Previdenciários e	114.863.247,47	7
Assistenciais	19.141.997,87	122.427.101,17
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	94.360.915,58	16.363.137,31
Uso de Material de	1.360.334,02	105.012.511,07
Consumo Serviços	156.271,62	1.051.452,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	120.151,95
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	129.231,6	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	114.003,8
Juros e Encargos de Mora	-	9
Variações Monetárias e	27.040,02	
Cambiais Descontos	-	6.148,06
Financeiros Concedidos	86.770.802,02	
Aportes ao Banco Central	86.686.264,29	84.774.094,07
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	48.382,60	84.765.146,07
Transferências e Delegações Concedidas		
Transferências Intragovernamentais		
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas	15.111,15	
Transferências a Instituições		
Multigovernamentais Transferências a		8.948,00
Consórcios Públicos Transferências ao	21.043,98	12.254.562,74
Exterior	3.078.334,92	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	30.866,26	
Outras Transferências e Delegações		
Concedidas		1.073.766,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.026.487,38	11.180.796,28
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	20.981,28	

Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Incorporação de		
Passivos		
Desincorporação de		
Ativos		
Tributárias	1.654.803,50	1.662.129,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.068,87	17.473,95
Contribuições	1.638.734,63	1.644.655,10
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.735.541,56	22.616.526,61
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	17.074.655,31	17.160.199,69
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.660.886,25	5.456.326,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	25.543.105,78	153.826.223,29

2.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

2.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. compreende: descontos obtidos, juros auferidos, premio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Em análise do grupo de contas de VPA VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar um decréscimo de -45,36% no 4º trimestre de 2018 (R\$ 1.896.779,20) quando comparado com o 4º trimestre de 2017 (R\$ 3.471.323,21), variação esta, que se deve principalmente à movimentação da conta de VPA - REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS realizada em Fev/2017 no valor de R\$ 1.757.824,39 referente a Adiantamentos de Transferências Voluntárias, feito através de autorização de uso de rendimentos da aplicação financeira.

Mais detalhes constam nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Tabela 26 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.896.779,20	3.471.323,21	-
Total	1.896.779,20	3.471.323,21	-45,36%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.2.2 - Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos

Registra a contrapartida da Incorporação de outros novos Ativos e a contrapartida da Desincorporação de Passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Em análise do grupo de contas de VPA VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar que no 4º trimestre de 2018 a conta estava com um saldo de R\$ 8.014.257,12, enquanto no 4º trimestre de 2017 contava com um saldo de R\$ 114.946.214,83, gerando uma redução horizontal de -191,55%.

Esta variação se deve principalmente à movimentação das Contas Contábeis:

- ✓ REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - que foi registrado no 4º Trimestre de 2017 um valor de R\$ 70.727.767,48, referente a reavaliação de Imóveis de Uso Especial no SPIUnet;
- ✓ OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS, que no 2º e 4º Trimestres de 2017, foram registrados Bens de Uso Especial no SPIUnet no valor de

42.433.221,65 na UG 154039/15256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS.

Tabela 27 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	8.014.257,12	114.946.214,83	-
Total	8.014.257,12	114.946.214,83	217,33%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.2.3 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das Demais Variações Patrimoniais Aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Em análise ao Grupo de Contas OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, pode-se observar que o mesmo finalizou o 4º Trimestre de 2018 com um saldo negativo de (R\$ 12.285.043,50), enquanto o 4º trimestre de 2017 um valor de R\$13.419.077,95, gerando uma variação horizontal negativa de -191,55%.

Este saldo negativo do 4º Trimestre de 2018 deve-se à movimentação na conta RESTITUICOES onde foi registrada a devolução do recurso ao MCTIC do Convênio disponibilizado através de TED nº 06/2010, no valor de R\$ 12.636.908,01, cujo objeto consistia na execução do projeto "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica" citado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, item: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

O saldo positivo do 4º Trimestre de 2017 se refere ao valor que estava registrado na Conta Contábil RESTITUICOES que era o saldo remanescente de Convênio disponibilizado através de TED nº 06/2010, no valor de R\$ 12.636.908,01, citado no item acima.

Tabela 28 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-12.285.043,50	13.419.077,95	-
Total	-12.285.043,50	13.419.077,95	-191,55%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

2.3.1 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Em análise do Grupo de contas de VPD VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, pode-se observar uma variação horizontal de 30,06% no 4º trimestre de 2018 R\$ 156.271,62, quando comparado com o 4º trimestre de 2017 R\$ 120.151,95.

O saldo do 4º Trimestre de 2018 se deve à movimentação nos Grupos de Contas MULTAS INDEDUTIVEIS que finalizou o trimestre com um saldo de (R\$ 128.752,21) referente a pagamento de multa por atraso no envio da GFIP competência 2013, e de DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS com um saldo de (R\$ 27.040,02).

Informamos que foi encaminhado por esta Coordenação de Contabilidade, documento à Administração Superior para que seja apurada a responsabilidade pelo atraso do envio da Declaração que gerou esta multa, sem resposta até o momento. No entanto, o documento será reiterado para que a responsabilidade seja apurada.

Tabela 29 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	156.271,62	120.151,95	-
Total	156.271,62	120.151,95	30,06%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3.2 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação De Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como registra a variação patrimonial diminutiva decorrente da incorporação de passivos.

Em análise do grupo de conta de DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, pode-se observar uma variação horizontal negativa de -74,88% comparando o 4º trimestre de 2018 que finalizou com um saldo R\$ 3.078.334,92, com o 3º trimestre de 2017 R\$ 12.254.562,74. Os valores de maior representatividade correspondem às movimentações nas contas de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS e DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS, conforme discriminado mais abaixo:

Tabela 30 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.078.334,92	12.254.562,74	-
Total	3.078.334,92	12.254.562,74	74,88%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3.2.1 Incorporação de Passivos

Em análise da conta de INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS, observamos um acréscimo de 181,86% no 4º trimestre de 2018 (R\$ 3.026.487,38), quando comparado com o 4º trimestre de 2017 (R\$ 1.073.766,46).

Os valores de maior representatividade correspondem, a reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores, que pertencem a UG 154039 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Os valores de reconhecimento de dívida de maior representatividade acumulados até 31/12/2018 são os seguintes:

- R\$ 496.024,38 - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.
- R\$ 1.271.216,9 - ADAP SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- RS 308.291,71 - J J BARROSO LTDA - ME.
- R\$ 167.885,54 - LIMPAMAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI.

Tal aumento se deve principalmente à falta de previsão das despesas contratuais referentes ao final do exercício de 2017. Dessa forma, a gestão precisou utilizar o orçamento de 2018 para reconhecer as dívidas referentes ao ano anterior.

Tabela 30.1 – Incorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.026.487,38	1.073.766,46	-
Total	3.026.487,38	1.073.766,46	181,86%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3.2.2 Desincorporação de Ativos

Em análise da conta de DESINCORPORACAO DE ATIVOS, observamos um decréscimo de -99,81% no 4º trimestre de 2018 (R\$ 20.981,28), quando comparado com o 4º trimestre de 2017 (R\$ 11.180.796,28).

Esta diferença se deu em grande proporção devido à baixa de Bens de Uso Especial registrados em duplicidade no SPIUnet, regularização efetuada no 4º Trimestre de 2017, no valor de

R\$ 11.043.894,75, gerando assim esta grande diferença.

Tabela 30.2 – Desincorporação de Ativos

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	20.981,28	11.180.796,28	-
Total	20.981,28	11.180.796,28	-99,81%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2.3.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Em análise da conta OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se observar uma variação horizontal de 13,79% no 4º trimestre de 2018 (R\$ 25.735.541,56), quando comparado com o 4º trimestre de 2017 (R\$ 22.616.526,61).

Tabela 31 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.735.541,56	22.616.526,61	-
Total	25.735.541,56	22.616.526,61	13,79%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Dentro deste grupo existe a conta de BOLSA DE ESTUDOS NO PAÍS, que não apresentou variação considerável, porém foi detectado pelo Departamento Financeiro que existem indícios de irregularidades a respeito de duplicidade de pagamentos referentes ao mês de janeiro/2018 a alguns coordenadores do programa executado pelo Centro de Estudos de Línguas - CEL.

O processo de apuração encontra-se em andamento na Auditoria Interna da UFAM, e até o fechamento destas Notas Explicativas não houve conclusão.

Dentre as contas de maior representatividade dentro deste grupo, destaca-se a de Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas que será detalhada a seguir.

2.3.3.1 Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende as variações patrimoniais diminutivas não classificada em itens específicos.

Em análise da conta DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, pode-se

observar uma variação horizontal de 58,73% no 4º trimestre de 2018 (R\$ 8.660.886,25), quando comparado com o 4º trimestre de 2017 (R\$ 5.456.326,92).

Tabela 32 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.660.886,25	5.456.326,92	-
Total	8.660.886,25	5.456.326,92	58,73%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Esta variação se deve à movimentação no Grupo de Contas INDENIZACOES que pode ser detalhada da seguinte forma:

No 4º Trimestre de 2017, a conta de INDENIZACOES, apresentava um saldo de R\$ 5.314.996,08, que se divide por UG da seguinte forma:

- 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS: R\$ 4.735.445,80, que se deve em maior proporção às indenizações pelos serviços prestados pelos seguintes fornecedores:
 - ✓ R\$ 3.635.870,43 - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, na execução de serviços prestados na execução do projeto de assistência a pesquisa, ensino e extensão para o HUGV, mês junho/2017, sem cobertura contratual e extensão para o HUGV, ora viabilizado por conta do (10) décimo termo de ajuste de contas, publicado no DOU, MEMO 521/2017-GAF/HUGV-UFAM com autorização do ordenador de despesa;
 - ✓ R\$ 526.850,86 - A S DE BRITO COMERCIO DE TINTAS E SERVIÇOS LTDA - referente aos serviços de processamento de roupas hospitalares (lavanderia), sem cobertura contratual, ora viabilizado por conta do (06) sexto termo de ajuste de contas, publicado no DOU-21/12/2017, MEMO: 1782/2017-DAF/HUGV-UFAM com autorização do ordenador de despesa;
 - ✓ R\$ - 377.467,51 - C E C Serviços de Construção - LTDA, na execução de Serviços de limpeza, conservação, higiene e serviços de apoio às atividades hospitalares (maqueiros);

- 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: R\$ 579.550,28, que se deve principalmente a:
 - ✓ R\$ 32.876,49 - Pagamento a Charles Antonio Amorim Vale, para custear pagamento de indenização de transporte por ocasião de mudança de domicílio de Brasília para Manaus de interesse da UFAM, conforme Proc. 23105.047900/2017.

- ✓ R\$ 32.898,99 - Pagamento a Aigp Serviços Empresariais Ltda - Me, ref. ao primeiro termo de ajuste de contas datado de 17/08/2017, ref. serviços extraordinários de locação de mão de obra especializada e semi-especializada de 02 agentes de portaria diurnos e 02 agentes de portaria noturnos para atender à demanda do prédio da casa do estudante em Itacoatiara no período de 16/04 a 15/07/2017.
- ✓ R\$ 481.925,2 - Pagamento a A. A. DOS S. SOUZA - EPP ref. serviços de fornecimento de alimentação no restaurante da UFAM de Parintins.

No 4º Trimestre de 2018, a mesma conta finalizou com um saldo de 8.657.908,25, que se divide por UG da seguinte forma:

- 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS: R\$ 5.569.438,26, que se deve principalmente à indenizações pelos serviços prestados pelos fornecedores:
 - ✓ R\$ 4.509.004,34 - C E C Serviços de Construção - LTDA, na execução de Serviços de limpeza, conservação, higiene, serviços de apoio às atividades hospitalares (maqueiros) e serviços de manutenção e prevenção corretiva nos equipamentos eletrônicos e mecânicos do HUGV;
 - ✓ R\$ 613.041,65 - G.H Macario Bento, referente ao fornecimento de alimentação balanceada nutricionalmente e transportada para as dependências do HUGV;
 - ✓ R\$ 409.168,40 - A S de Brito Comercio de Tintas e Serviços, referente ao serviço de processamento de roupas hospitalares.

- 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: R\$ 3.088.469,99, que se deve na proporção de aproximadamente 80% desse valor total, à indenização para a empresa Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA pelos serviços prestados de vigilância nos meses de Jan, Fev, Mar e Abr/2018.

Com relação aos pagamentos feitos por indenização a Globalservice Vigilância e Segurança - LTDA, referente a serviços prestados de vigilância, se justifica pelo fato da suspensão do Pregão Eletrônico nº 01/2018 para atendimento do despacho emitido pelo TCU (Acórdão nº 379/2018 - TCU / Plenário Processo nº 004.780/2018-3) a respeito de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico citado. Por se tratar de serviço essencial, sua interrupção ou descontinuidade poderá causar prejuízos às atividades fins da UFAM e ao interesse público, conforme justificativa documentada pela Prefeitura do Campus desta Universidade, através do MEMO nº 047/2018 - CTIDLMA-PCU.

Diante do exposto, foi providenciada a dispensa de licitação nº 006/2018 com a formalização do contrato emergencial nº 007/2018 com urgência por 6 (seis) meses, de 19/04/2018 a 15/10/2018, para que haja cobertura contratual.

Conforme informações do setor de Contratos, já está vigente o Contrato nº 23/2018, Pregão de nº 001/2018-CPL/PCU para a regularização da prestação do serviço de segurança e vigilância com a empresa Amazon Security Ltda, com vigência desde o dia 01/10/2018.

Informamos que o Departamento Financeiro já documentou a Administração Superior através dos Memorandos 061/2018, 099/2018, 144/2018 e 212/2018, informando o grande montante

de indenizações (sem cobertura contratual) que estão sendo pagas neste exercício de 2018, sugerindo que sejam evitados tais pagamentos.

Tabela 33 – Indenizações

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
INDENIZACOES	8.657.908,25	5.456.326,92	-
Total	8.657.908,25	5.456.326,92	58,73%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3 - RESULTADOS DA ANÁLISE DOS ÍNDICES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.030.094,00	6.030.094,00	-4.203.050,55	-10.233.144,55
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	1.473.927,00	1.473.927,00	2.150.271,63	676.344,63
Receita Patrimonial	771.204,00	771.204,00	254.156,87	-517.047,13
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	702.723,00	702.723,00	1.896.114,76	1.193.391,76
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível			42.943,24	42.943,24
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais	4.339.698,00	4.339.698,00	5.467.856,83	1.128.158,83
Receita Agropecuária	4.339.698,00	4.339.698,00	5.467.856,83	1.128.158,83
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			671.573,52	671.573,52
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	216.469,00	216.469,00	-12.535.695,77	-12.752.164,77
Serviços e Atividades Financeiras	216.469,00	216.469,00	13.199,09	-203.269,91
Outros Serviços			-12.548.894,86	-12.548.894,86
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.030.094,00	6.030.094,00	-4.203.050,55	-10.233.144,55
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	6.030.094,00	6.030.094,00	-4.203.050,55	-10.233.144,55
DEFICIT			860.439.684,01	860.439.684,01
TOTAL	6.030.094,00	6.030.094,00	856.236.633,46	850.206.539,46
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	724.351.349,00	841.560.252,00	816.295.982,19	788.895.415,30	735.862.641,94	25.264.269,81
Pessoal e Encargos Sociais	586.918.443,00	700.348.597,00	633.739.698,71	633.739.698,71	589.836.584,93	66.608.898,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.432.906,00	141.211.655,00	182.556.283,48	155.155.716,59	146.026.057,01	-41.344.628,48
DESPESAS DE CAPITAL	8.208.768,00	8.208.768,00	39.940.651,27	15.579.015,27	13.656.891,84	-31.731.883,27
Investimentos	8.208.768,00	8.208.768,00	39.940.651,27	15.579.015,27	13.656.891,84	-
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	732.560.117,00	849.769.020,00	856.236.633,46	804.474.430,57	749.519.533,78	-6.467.613,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	732.560.117,00	849.769.020,00	856.236.633,46	804.474.430,57	749.519.533,78	-6.467.613,46
TOTAL	732.560.117,00	849.769.020,00	856.236.633,46	804.474.430,57	749.519.533,78	-6.467.613,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.461.926,84	28.751.263,59	25.729.483,33	25.299.980,25	8.883.219,81	2.029.990,37
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.461.926,84	28.751.263,59	25.729.483,33	25.299.980,25	8.883.219,81	2.029.990,37
DESPESAS DE CAPITAL	8.693.984,78	10.602.017,87	10.404.668,88	9.039.623,63	5.458.418,52	4.797.960,50
Investimentos	8.693.984,78	10.602.017,87	10.404.668,88	9.039.623,63	5.458.418,52	4.797.960,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.155.911,62	39.353.281,46	36.134.152,21	34.339.603,88	14.341.638,33	6.827.950,87

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	236.362,55	10.216.975,76	10.120.138,62	146.388,79	186.810,90
Pessoal e Encargos Sociais	-	165.188,28	165.188,28	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	236.362,55	10.051.787,48	9.954.950,34	146.388,79	186.810,90
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.159.005,49	1.159.005,49	-	-
Investimentos	-	1.159.005,49	1.159.005,49	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	236.362,55	11.375.981,25	11.279.144,11	146.388,79	186.810,90

3.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANÁLISE

Visão Geral

Balanco Orçamentário		Real/Exec	AV
	Receitas Correntes	123,66%	100,00%
	Receitas de Capital	#DIV/0!	0,00%
	Total das Receitas	123,66%	100,00%
	Despesas Correntes	86,39%	96,68%
	Despesas de Capital	296,74%	3,32%
	Total das Despesas	88,48%	100,00%
	Superavit/(Déficit)	-	-

Balanco Orçamentário		Realização/Execução
	Receitas Correntes	7.456.752,91
	Receitas de Capital	-
	Total das Receitas	7.456.752,91
	Despesas Correntes	708.846.478,69
	Despesas de Capital	24.359.028,03
	Total das Despesas	733.205.506,72
	Superavit/(Déficit)	(725.748.753,81)

Análise Vertical e da Realização/Execução

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	225,20%	21,22%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	113,10%	65,82%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		
4	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	23,40%	2,42%
5		6,10%	0,18%
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Investimentos	296,74%	3,32%
2	Pessoal e Encargos Sociais	109,65%	20,73%
3	Outras Despesas Correntes	81,66%	75,94%
4			
5			

Menores Realizações / Execuções

Posição	Receitas	Real.	AV
1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,18%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	23,40%	2,42%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	113,10%	65,82%
4	Valores Mobiliários	225,20%	21,22%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Posição	Despesas	Exec.	AV
1	Outras Despesas Correntes	109,65%	20,73%
2	Pessoal e Encargos Sociais	81,66%	75,94%
3	Investimentos	296,74%	3,32%
4			
5			

RPNP e RPP (Maiores Contribuições)

RPNP

Posição	Despesas	RPNP	RPP
1	Investimentos	60,15%	5,62%
2	Pessoal e Encargos Sociais	20,19%	0,00%
3	Outras Despesas Correntes	30,43%	5,76%
4	Juros e Encargos da Dívida	0,00%	0,00%
5			

RPP

Posição	Despesas	RPP	RPNP
1	Investimentos	5,62%	60,15%
2	Outras Despesas Correntes	5,76%	30,43%
3	Pessoal e Encargos Sociais	0,00%	20,19%
4			
5			

Análise da Receita por Categoria Econômica

Maiores Realizações / Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Valores Mobiliários	225,20%	21,22%
2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	113,10%	65,82%
3	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	23,40%	2,42%
4	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,18%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Menores Realizações/Execuções

Posição	Receitas Correntes	Real.	AV
1	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6,10%	0,18%
2	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	23,40%	2,42%
3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	113,10%	65,82%
4	Valores Mobiliários	225,20%	21,22%
5			
6			
7			
8			
9			
10			

3.3 - RECEITAS CORRENTES

3.3.1 Receita de Serviços

Dentre as Receitas Correntes, as Receitas de Serviços do Órgão 26270 representa o percentual de -130,09% do total arrecadado nesse 4º trimestre de 2018, tendo também representatividade do percentual de realização em torno de 126,00%. Um dos principais motivos da sua representatividade se deve a arrecadação referente às taxas de concursos pela realização do concurso para provimento de cargos de carreira técnico administrativo da UFAM, Processo Seletivo Extra Macro 2018 e Processo Seletivo Contínuo das três etapas PSC2019. Houve também a contribuição para o destaque nas Receitas de Serviços, as arrecadações decorrentes de Serviços Educacionais provenientes da arrecadação do Programa Centro de Estudos de Línguas - CEL.

Ao analisar a evolução das receitas de serviços, principalmente neste último trimestre de 2018, foi verificada a entrada de valores atípicos, os quais não foram possíveis à identificação pelo Sistema de Gestão do Recolhimento da União - SISGRU. Dessa forma, a Coordenação de Contabilidade informará a Pró-Reitoria de Administração sobre o assunto.

3.3.2 Transferências Correntes

Nas Transferências Correntes existe um valor repassado de R\$ 671.573,52 da Secretaria de Educação do Amazonas/SEDUC referente aos três convênios firmados entre a UFAM e SEDUC:

1. O valor de R\$ 292.000,00 trata-se do Convênio para execução do Projeto de Mestrado em Letras para os professores e pedagogos da rede estadual de ensino do Amazonas;
2. O valor de R\$ 200.000,00 trata-se do Convênio para execução do Projeto de Mestrado em Geografia para os professores e pedagogos da rede estadual de ensino do Amazonas;
3. O valor de R\$ 179.573,52 trata-se do Convênio para execução do Projeto de Mestrado em Educação para os professores e pedagogos da rede estadual de ensino do Amazonas.

3.3.3 Receita Patrimonial

Ao analisar as Receitas Patrimoniais do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, observamos que foi realizado o valor de R\$ 2.150.271,63, ou seja, cerca de -51,16% do previsto. Desse percentual, 88,18%, ou seja, R\$ 1.896.144,76 trata de remuneração de aplicações financeiras.

3.3.4 Outras Receitas Correntes

Ao analisar o grupo de conta de Outras Receitas Correntes no 4º trimestre de 2018 apresentou uma redução de -5790,99% do previsto. Essa redução se deve ao fato da devolução de R\$ 12.636.908,01 devido perda de prazo da execução de projeto, firmado entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a UFAM. Ressaltamos que essa devolução influenciou na redução dos percentuais de realização das receitas correntes discriminadas acima, resultando no percentual total -69,70% do previsto. Maiores detalhes no Balanço Patrimonial.

3.4 - DESPESAS CORRENTES

3.4.1 - Pessoal e Encargos Sociais

Ao analisar as Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, observamos que já foi realizado o valor de R\$ 633.739.698,71, ou seja, cerca de 90,49% do previsto. Esse percentual final de execução no 4º trimestre de 2018 é consequência de nossa política de controle orçamentário no que tange à Folha de Pagamento.

3.4.2 - Outras Despesas Correntes

Ao analisar as "Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes" do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018 observamos que já foi realizado o valor de R\$ 182.556.283,48, ou seja, cerca de 129,28% do previsto. Esse elevado percentual de execução no quarto trimestre do ano de 2018 é decorrente da UG 150224 que apresentou as despesas empenhadas correspondem a 812,73% da dotação atualizada, o que em parte se justifica devido aos repasses, ainda que de forma eventual, pelo Rehuf, parceria entre o Ministério da Educação e Fundo Nacional de Saúde para reestruturação dos Hospitais Universitários e eventuais descentralizações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, permitindo a manutenção de parte das despesas da unidade. Em relação ao detalhamento dessas despesas, a contadora do HUGV informou relatórios em que os valores são gastos na sua maioria com despesas de aquisição de produtos farmacológicos e produtos para saúde e medicamentos.

Em relação ao Memorando nº 272/2018/DEFIN citado nas Notas Explicativas anterior, reiterado pelo Memorando nº 312/2018/DEFIN, foi obtido a resposta através da Informação nº 101/2018 do Departamento de Contratos e Convênios, na qual informa que a administração superior da UG 154039 está contingenciando a execução dos contratos sob demanda, bem como realizando supressão em contratos para serviços continuados, como forma de garantir as despesas da administração até o fim do exercício e não gerar déficit para o ano vindouro. Com todos esses esforços da Administração, o percentual de execução das Despesas Correntes da unidade orçamentária 26270 final do 4º trimestre de 2018 permaneceu em 99,12%, no entanto em relação a UG 154039 o percentual de realização se apresentou em 104,65%, decorrente das descentralizações de crédito.

3.5 DESPESAS DE CAPITAL

3.5.1 Investimentos

Ao analisar as "Despesas de Capital - Investimentos" do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018 observamos que já foi realizado o valor de R\$ 39.940.651,27, ou seja, 486,56% do previsto. Esse elevado percentual de execução se deve ao valor de R\$ 32.157.030,59 das despesas empenhadas serem decorrentes de descentralizações. O valor de R\$ 28.519.062,60 descentralizado para a UG 154039 segue discriminados abaixo da seguinte maneira:

1. R\$ 14.400.000,00 foi para a execução do Contrato 30/2012 cujo objeto é a obra do Hospital Getúlio Vargas através do TED nº 7309 cuja concedente é a Secretária de Ensino Superior/MEC.

2. R\$ 784.638,24 se refere à construção do laboratório de inventário e mensuração florestal (casa do carbono) através do TED nº 07/2017 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), sendo R\$ 100.316,63 para aquisição de material permanente.

3. R\$ 2.307.779,46 referente a 2ª etapa de construção do Bloco 02 do Instituto de Computação do Campus/UFAM através do TED nº 7412 da Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

4. R\$ 2.169.526,24 referente a Conclusão da Residência Universitária do Campus de Manaus TED 7916 Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

5. R\$ 1.204.108,52 referente a Reforma e Revitalização dos Espaços Físicos da Faced através do TED nº 7413 Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

6. R\$ 2.721.974,00 referente a Construção do Bloco da Faculdade de Psicologia UFAM/AM através do TED nº 8047 Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

7. R\$ 2.920.998,47 referente Construção do Bloco 4 do Campus de Parintins através do TED nº 8046 Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

8. R\$ 10.600,00 referente Programa de Desenvolvimento Universidades para Internacionalização através do TED nº 7476 Coord-Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC.

9. R\$ 1.999.437,67 referente Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para a UFAM.

O valor de R\$ 3.637.967,99 descentralizado para a UG 150224 se refere às despesas com material permanente, recebidas pelo programa Rehuf (Reestruturação de Hospitais Universitários Federais) através do MEC (Ministério da Educação).

3.6 - ANEXOS

3.6.1 Anexo – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

Em 31/12/2018, o Órgão FUAM (26270) apresentou um saldo em aberto de R\$ 7.014.761,77, relacionados com Restos a Pagar processados e não processados.

A seguir, apresentam-se as Tabelas 27 e 28, com os saldos de Restos a pagar no quarto trimestre de 2017 e quarto trimestre de 2018.

Tabela 34 - Restos a pagar não processado - Órgão 26270

ÓRGÃO: 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	AH
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	34.339.603,88	53.914.007,48	-36,31%
RP NÃO PROCESSADOS -LIQUIDADOS A PAGAR	1.794.548,33	1.197.161,25	49,90%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	-	5.492,00	-100,00%
RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	14.341.638,33	2.993.431,67	379,10%
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.033.402,54	16.150.419,62	-68,83%
RP NÃO PROCESSADOS BLOQUEADOS			

TOTAL DA EXEC. DE RP NÃO PROCESSADOS	55.509.193,08	74.260.512,02	-25,25%
RP NÃO PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	51.762.202,89	39.353.281,46	31,53%
TOTAL GERAL DA EXEC. DE RP NÃO PROCESSADOS	107.271.395,97	113.613.793,48	-5,58%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Tabela 35 - Restos a pagar processado - Órgão 26270

ÓRGÃO : 26270			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	AH
RP PROCESSADOS PAGOS	11.279.144,11	2.809.495,77	301,47%
RP PROCESSADOS - NÃO PAGOS	186.810,90	236.362,55	-20,96%
RP PROCESSADOS CANCELADOS	146.388,79	587.196,89	-75,07%
TOTAL DA EXEC. DE RP PROCESSADOS	11.612.343,80	3.633.055,21	219,63%
RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	54.954.896,79	10.178.820,00	439,89%
TOTAL GERAL DA EXEC. DE RP PROCESSADOS	66.567.240,59	13.811.875,21	381,96%

Fonte: SIAFI, 2018, 2017

Observa-se que o total dos valores de restos a pagar não processados apresenta uma redução total de 25,25% em 31/12/2018, quando comparados com 31/12/2017. Isso se deve ao fato de maiores valores de restos a pagar não processados terem sido inscritos no exercício de 2016, decorrentes da maior disponibilidade de recursos orçamentários para a cobertura principalmente de obras através da matriz Andifes, Reuni e Emendas Parlamentares, assim como material permanente.

No entanto, quando comparados o total geral dos valores de restos a pagar não processados apresenta-se uma redução total de apenas 5,58% em 31/12/2018, quando comparados com 31/12/2017, decorrente do aumento de restos a pagar não processados - inscrição no exercício ter tido um aumento de aumento de 31,53% no mesmo período. Tal aumento de restos a pagar não processados inscritos no exercício deve-se a uma melhor otimização na utilização dos recursos, evitando realização do orçamento do exercício de 2019 com despesa de exercícios anteriores e devoluções orçamentárias. Além disso, houve também maiores recursos disponibilizados por TED - termo de execução descentralizada para a execução de despesas de capital, principalmente cobertura de obras.

Ao analisar os restos a pagar não processados cancelados verificamos que estes apresentaram um aumento expressivo, ao se comparar os terceiros trimestres de 2017 e 2018, em torno de 379,10%, reduzindo os restos a pagar não processados a liquidar em 68,83%. Isso se deve ao fato de que no 1º trimestre do exercício de 2018 houve um grande esforço da atual Direção do Departamento Financeiro da UG 154039 em atender ao Ofício nº 12/2018/GAB/SPO/MEC, de 28 de fevereiro de 2018, o qual trata sobre a apresentação de justificativa relacionada à permanência de estoque de restos a pagar nesta instituição, bem como uma análise destes no encerramento do exercício, sendo verificado um aumento de 200% dos cancelamentos de restos a pagar entre o 3 trimestre e o 4 trimestre de 2018. Assim, foi solicitada das Unidades Solicitantes uma posição sobre a

execução dos empenhos de restos a pagar pendentes, cancelando os que não têm mais previsão de ser entregue o material ou prestado o serviço.

Também contribuiu para ao aumento dos cancelamentos de restos a pagar não processados, as ações promovidas pelo Departamento Financeiro em decorrência do Decreto nº 9.428/2018, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre despesas inscritas em restos a pagar não processados que alterou as suas regras de cancelamentos, bem como da Mensagem 2018/0923566 da Setorial de Contabilidade/MEC que esclareceu o seguinte: “os RPNP dos orçamentos de 2007 a 2016 que não forem liquidados até o final de 2019 serão automaticamente cancelados, em conformidade com o art. 3 do Decreto n 9.428/2018”.

Dessa forma, foi solicitado no 3º trimestre de 2018 através dos Memorandos nºs 282/2018 e 327/2018 do Departamento de Material informando sobre as mudanças de prazo dos restos a pagar promovidas pelo Decreto nº 9.428/2018 e pedindo posicionamento sobre os mesmos. O Departamento de Materiais respondeu, através do Memorando nº 072/2018-DEMAT, justificativa de permanência de alguns empenhos do exercício de 2015 e 2016 de consumo e material permanente, bem como citando uma lista de empenhos que devem ser anulados, inclusive os saldos irrisórios, que foram providenciados as suas efetivações no 4 trimestre de 2018, bem como dos restos a pagar da Fundação de Apoio Rio Solimões, conforme documento Informação nº 100/2018 do Departamento de Contratos e Convênios como respostas dos Memorandos nº 284/2018/DEFIN e 328/2018/DEFIN.

Ocorreu aumento em 381,96% dos restos a pagar processados quando comparado o 4º trimestre de 2017 com o 4º trimestre de 2018. Tal aumento se deve principalmente aos empenhos de valores expressivos liquidados ao final do exercício de 2017 e que foram pagos no 1º trimestre de 2018, bem como os valores que foram inscritos em restos a pagar no exercício de 2018, decorrentes de empenhos da folha de pagamento liquidados e que efetivamente foram pagos em janeiro de 2019, devido à nova rotina de pagamento adotada no encerramento do exercício.

Em relação aos valores de restos a pagar processados cancelados, ressaltamos que a redução total de 75,07% em 31/12/2018, quando comparados com 31/12/2017, se deve ao fato que no segundo trimestre de 2017 houve o cancelamento da liquidação no valor de R\$ 560.446,73, conforme 2017ns000430, como objeto de providências de regularização do pagamento efetuado de forma parcial no valor 193.806,55 que se refere ao serviço de assessoria pela Fundação de Apoio UNISOL, entidade que apoia o HUGV fornecendo serviço de apoio para a área fim, conforme Contrato 08/2012.

A seguir a Tabela 29, com os saldos de Restos a Pagar no 4º trimestre de 2018 por Unidade Gestora Vinculadas ao Órgão.

Tabela 36 – Execução Orçament. Restos a Pagar– Por UG (154039/150224)

	31/12/2018	AV (%)
Órgão 26270 - UG 154039	5.005.511,76	71,29%
Órgão 26270 - UG 150224	2.014.250,01	28,71%

Total	7.014.761,77	100%
--------------	---------------------	-------------

Fonte: SIAFI, 2018

Em análise a Tabela 29, observa-se que a UG 154039 possui 71,29% do total dos Restos a Pagar do Órgão, sendo 28,71% da UG 150224. Esse fato se justifica pela UG 154039 possuir uma estrutura de funcionamento bem maior que a do Hospital Universitário (UG 150224).

A seguir a Tabela 30, com os Restos a Pagar em 4º trimestre de 2018 por natureza da despesa:

Tabela 37 - Restos a Pagar - Por Classificação por Natureza de Despesa

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS									
GRUPO DE DESPESAS	INSCRITO	REINSCRITO	BLOQUEADOS	CANCELADOS	A PAGAR	A LIQUIDAR	PAGOS	SALDO	%
Pessoal e Encargos Sociais							4	165.188,28	1,42%
Outras Despesas Correntes				15	5		136	10.288.150,03	88,60%
Investimentos							6	1.159.005,49	9,98%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Processados	0	0		15	5	0	146	11.612.343,80	100%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais									0%
Outras Despesas Correntes	1.003	333		508	17	170	778	36.213.190,43	65%
Investimentos	211	132		108	3	55	195	19.296.002,65	35%
Inversões Financeiras									0%
TOTAL - Restos a Pagar Não Processados	1.214	465		616	20	225	973	55.509.193,08	100%
TOTAIS - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS									
Pessoal e Encargos Sociais	0	0		0	0	0	4	165.188,28	0,25%
Outras Despesas Correntes	1.003	333		523	22	170	914	46.501.340,46	69,28%
Investimentos	211	132		108	3	55	201	20.455.008,14	30,47%
Inversões Financeiras	0	0		0	0	0	0	0	0,00%
TOTAL - Restos a Pagar Processados e Não Processados	1.214	465	0	631	25	225	1.119	67.121.536,88	100%

Observamos que os valores de Restos a Pagar Processados do órgão 26270 apresentam um saldo a pagar em 31/12/2018 de R\$ 186.810,90, sendo 100% da UG 154039, que são referentes a 05 (sete) processos de despesas correntes, conforme segue:

- ✓ Empresa HITALO KLEBER RIBEIRO SILVA – ME, referentes ao Contrato nº 50/2013 de limpeza e conservação para os Campi do interior, encerrados no exercício de 2014. Os valores encontram-se pendentes devido a processos judiciais sobre ações trabalhistas que estão tramitando, sendo que os créditos poderão ser usados para

quitar futuros débitos de ex-funcionários da empresa;

No final do 4 trimestre de 2018, a UG 150224 não apresentou empenhos de restos a pagar processados a pagar, mas vale ressaltar aqui os seguintes encaminhamentos abaixo:

1. O valor de maior relevância baixado, que constava no 3 trimestre de 2018, foi de R\$ 362.383,22 concernente ao pagamento das faturas de energia elétrica dos meses de agosto/2016 (R\$ 121.153,01), setembro/2016 (R\$ 63.196,37), outubro/2016 (R\$ 80.247,61), novembro/2016 (R\$ 61.140,59) e dezembro/2016 (R\$ 36.645,64). O pagamento foi efetuado por meio da OB 2018OB801290 emitida em 21 de novembro de 2018.

Em notas explicativas anteriores, foi descrito que o empenho 2017NE000291 – Amazonas Distribuidora - em que se vinculam os pagamentos acima referidos, seria cancelado conforme memorando 1247/2018-DAF/HUGV-Ufam de 16/10/2018, entretanto, consoante memorando nº 1611/2018-DAF-HUGV-Ufam de 17/12/2018, descreve que houve equívoco na informação a respeito do cancelamento do referido empenho, haja vista que mesmo não foi cancelado e foi utilizado na finalidade a que se propunha. Este último documento salienta que as faturas foram quitadas sem juros e multa.

Foi questionado através do Ofício 184/2018 – Defin quanto ao saldo em aberto do 2016ne801043, utilizado na 2018np000138. Tal saldo foi cancelado, em 07/12/2018.

2. Suprimento de Fundos – Foi apontado pelo Defin, conforme Ofício 184/2018, sobre juros e multas sobre fatura do cartão corporativo. O Setor de Avaliação e Controladoria fez a análise da prestação de contas do Suprimento e orientou pela devolução do valor de juros e multas, o que ocorreu em 04/12/2018, através de GRU.

Com relação aos valores de Restos a Pagar Não Processados, o Órgão 26270 apresenta um saldo a pagar em 31/12/2018 de R\$ 6.827.950,887 sendo que deste total, R\$ 1.794.548,33 referem-se a processos liquidados a pagar. O maior valor pendente está classificado em despesas de capital na UG 150224. A contadora do HUGV informou o seguinte sobre o assunto:

Com relação ao montante de maior relevância - 2017NE801381 – PHILIPS MEDICAL, no valor de R\$ 1.270.000,00, refere-se à aquisição de 01 (um) tomógrafo de 16 canais, que conforme notas explicativas anteriores, o processo de aquisição estava suspenso por ordem da Superintendência, a Unidade de Patrimônio informa que o equipamento foi instalado e em pleno funcionamento. O pagamento foi efetuado em 09/01/2019 por meio da ordem bancária 2019OB800046 de 09/01/2019.

No caso da UG 154039, apresenta restos a pagar desde 2015 a 2018, restando no exercício de 2015 apenas sete (5) empenhos. Os valores mais relevantes de restos a pagar estão distribuídos da seguinte forma:

1. Despesas correntes: predominância de empenhos relacionados aos serviços de aquisição de passagens (Oca Viagens e Turismo LTDA) e prestação de serviços de energia (Amazonas Distribuidora de Energia), considerando os empenhos inscritos em restos a pagar do exercício de 2018.

2. Investimentos: os valores mais relevantes são de Obras e aquisição de material permanente de livros.

No caso da UG 150224, apresenta restos a pagar não processados desde 2016, restando no exercício de 2016 apenas um (1) empenho. Foi informado pela Contadora Responsável pela UG que os saldos mais representativos em Restos a pagar não processados seguem discriminados abaixo:

- **2016;**

O valor de R\$ 13.598,78 (2016NE801011) – Auto Posto Gaspetro Comércio de Derivados, pregão 58/2015, aquisição de óleo diesel. Por meio do memorando nº 1090/2018 de 28/12/2018, o Setor de Orçamento e Finanças solicitou a manifestação à gestão quanto ao cancelamento ou utilização do empenho.

- **2017;**

- Empenhos 2017NE800921 (R\$ 102.000,00) e 2017NE801072 (204.000,00, referente a aquisição de ventiladores pulmonares e lavadoras de descarga, conforme manifestação dos setores envolvidos, os equipamentos não foram devidamente instalados por falta de infraestrutura física adequada.

- Empenhos 2017NE800425 (R\$ 24.790,00), 2017NE800601 (R\$ 34.207,62), 2017NE800602 (R\$ 86.215,94), 2017NE800606 (R\$ 58.634,70), trata-se de aquisições de materiais consignados (OPME), que somente são faturados após utilização no paciente.

Em relação ao saldo irrisórios dos RPNP a Liquidar inscritos em 2018, estão sendo realizados procedimentos para baixa dos mesmos.

4-Resultados da Análise dos Índices do Balanço Financeiro

4.1 – Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-4.203.050,55	20.654.819,23	Despesas Orçamentárias	856.236.633,46	791.143.864,33
Ordinárias		148.687,97	Ordinárias	666.806.681,00	142.508.466,35
Vinculadas	8.460.997,48	20.512.279,32	Vinculadas	189.429.952,46	648.635.397,98
Recursos de Receitas Financeiras			Educação	439.891,47	489.899.768,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.460.997,48	20.512.279,32	Seguridade Social (Exceto RGPS)	130.674.243,69	151.489.852,33
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.664.048,03	-6.148,06	Recursos de Receitas Financeiras	1.643.903,14	-
			Operação de Crédito	1.200.000,00	244.683,98
			Doações	795.533,10	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	19.835.913,73	7.001.092,97
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	34.840.467,33	-
			Transferências Financeiras Concedidas	86.686.264,29	84.765.146,07
Transferências Financeiras Recebidas	918.344.320,55	881.065.064,56	Resultantes da Execução Orçamentária	83.201.204,38	84.284.982,35
Resultantes da Execução Orçamentária	874.876.837,44	820.394.102,99	Sub-repasse Concedido	83.201.204,38	84.255.140,41
Repasse Recebido	791.675.633,06	736.138.962,58	Repasse Devolvido	-	29.841,94
Sub-repasse Recebido	83.201.204,38	84.255.140,41	Independentes da Execução Orçamentária	3.485.059,91	480.163,72
Independentes da Execução Orçamentária	43.467.483,11	60.670.961,57	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.033.530,69	331.475,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	42.047.505,81	58.303.105,54	Demais Transferências Concedidas	198.952,13	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.419.977,30	2.367.856,03	Movimento de Saldos Patrimoniais	252.577,09	148.687,97
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários			Despesas Extraorçamentárias		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	107.244.705,69	50.088.569,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	54.954.896,79	10.178.820,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	45.840.064,21	57.159.655,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51.762.202,89	39.353.281,46	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.279.144,11	2.809.495,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	219.316,22	553.422,94	Outros Pagamentos Extraorçamentários	34.339.603,88	53.914.007,48
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	308.289,79	3.045,35	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	221.316,22	433.973,64
Arrecadação de Outra Unidade	-	542,40		-	2.178,45
Demais Recebimentos	252.577,09	-		-	2.178,45
Saldo do Exercício Anterior			Saldo para o Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.712,70	2.502,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.636.538,17	31.013.524,44
	31.013.524,44	12.273.736,64		63.636.538,17	31.013.524,44
	31.013.524,44	12.273.736,64			
TOTAL	1.052.399.500,13	964.082.190,18	TOTAL	1.052.399.500,13	964.082.190,18

4.2. - INGRESSOS

4.2.1 - Receitas Orçamentárias Vinculadas

Ao analisarmos as Receitas orçamentárias do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos uma redução de -58,75% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Essa diferença é consequência de uma devolução no 1º Trimestre de 2017 no valor de R\$ 12.636.908,01 realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES, por conta da rescisão do convênio 03/2010 (Parque Tecnológico para Inclusão Social) pela não execução do objeto. Esta situação está melhor detalhada em nossa Revisão Analítica do Balanço Patrimonial no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 38 – Receitas Orçamentárias Vinculadas

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS	8.460.997,48	20.512.279,32	-
Total	8.460.997,48	20.512.279,32	-58,75%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.2.2 Deduções da Receita Orçamentária

Ao analisarmos as Deduções da Receita Orçamentária do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos uma variação de 205884,46% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017.

Esta variação se justifica devido à devolução no valor de R\$ 12.636.908,01 que se refere ao Convênio sob nº 03/2010 - "Parque Tecnológico para Inclusão Social, Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica", ao órgão de origem: MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, valor que foi devolvido à UFAM no exercício de 2017 pela UNISOL - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

Esta situação está melhor detalhada na Revisão Analítica do Balanço Patrimonial no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 39 – Deduções da Receita Orçamentária

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.664.048,03	6.148,06	-
Total	12.664.048,03	6.148,06	205884,46%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.2.3 Recebimento Extraorçamentário

Ao analisarmos os Recebimentos Extraorçamentários do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos um aumento de 114,11% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017. Esse aumento é reflexo das inscrições de Restos a Pagar Processados (aumento de 439,89%) e de Restos a Pagar Não Processados (aumento de 31,53%) sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Tabela 40 – Recebimento Extraorçamentário

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIO	107.244.705,69	50.088.569,75	-
Total	107.244.705,69	50.088.569,75	114,11%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3 DISPÊNDIOS

4.3.1 Operações de Crédito

Ao analisarmos a conta de “Operação de Crédito” do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos um acréscimo de 390,43% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Esse acréscimo se deu devido à utilização de recursos das Emendas Parlamentares: 2909002 - Eduardo Braga e 2910009 - Vanessa Grazziotin, recursos que foram destinados à aquisição de material permanente.

Tabela 41 – Operação de Crédito

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Operação de Crédito	1.200.000,00	244.683,98	-
Total	1.199.537,57	244.683,98	390,24%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.2 Despesas Orçamentárias - Transferências Financeiras Concedidas (Independentes da execução Orçamentária)

Ao analisarmos as “Transferências Financeiras Concedidas Independentes da execução Orçamentária” do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos um acréscimo de 625,81% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Esse acréscimo é reflexo principalmente da movimentação da conta de TRANSFERENCIAS

CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP, que no 4º Trimestre/2017 tinha um saldo de R\$ 331.475,75, e que terminou o 4º Trimestre/2018 com um saldo de R\$ 3.033.530,69, que se deve principalmente a:

- ✓ UG 154039/15256 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 1.997.323,28 - transferências de recursos financeiros ao HUGV, na sua maioria para pagamento das verbas trabalhistas do pessoal precarizado do Contrato 08/2012 com a UNISOL, contrato este que já foi encerrado.
- ✓ UG 150224/15256 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 890.233,18 - Devolução de recursos financeiros de exercícios anteriores, conforme comunica 2018/0286870.

Tabela 42 – Transferências Financeiras Concedidas (Indep. da execução Orçamentária)

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Transferências Financeiras Concedidas - Independentes da execução Orçamentária	3.485.059,91	480.163,72	-
Total	3.485.059,91	480.163,72	625,81%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.3 Despesas Extraorçamentárias

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018, verificamos uma redução de -19,80% quando comparado com o mesmo período do ano de 2017.

Essa diferença é consequência principalmente da movimentação das contas que serão detalhadas em seguida.

Tabela 43 – Despesas Extraorçamentárias

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	45.840.064,21	57.159.655,34	-
Total	45.840.064,21	57.159.655,34	-19,80%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.3.1 Pagamento de Restos a Pagar Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de Restos a Pagar Processados pagos do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018 (R\$ 11.279.144,11), verificamos um acréscimo de 301,47% em comparação ao período anterior (R\$ 2.809.495,77).

Este valor do 4º Trimestre de 2018 se divide da seguinte forma por UG:

- 150224 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 4.541.492,37; Os valores de maior representatividade se referem a:

- ✓ MANAUS AMBIENTAL S.A. - R\$ 622.215,68;
- ✓ FUNDAÇÃO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 1.964.157,88;
- ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 734.842,82;
- ✓ BIOPLUS COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS - R\$ 360.190,22.

➤ 154039 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 6737651,74; Os valores de maior representatividade se referem a:

- ✓ AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - R\$ 742.562,79;
- ✓ FUNDAÇÃO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES - R\$ 2.168.989,40;
- ✓ TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUCOES LTDA- R\$ 866.993,29;
- ✓ ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIV. - R\$ 1.136.450,91;

Pode-se observar que em ambas as UG's, existe um valor global referente a R\$ 4.133.147,28 pago a FUNDAÇÃO DE APOIO INST. RIO SOLIMOES, que se refere à indenização e pagamento de verbas trabalhistas, referente ao término de prestação de serviços sem cobertura contratual executado pela UG 150224 - Hospital Universitário Getúlio Vargas, sendo pago pela UG 154039 - Fundação Universidade do Amazonas:

- ✓ Contrato 46/2017 - Projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC;
- ✓ Contrato 45/2017 - Projeto Gestão do Conhecimento Escolar, Alfabetização e formação para Cidadania.

Mais informações serão sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Tabela 44 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	11.279.144,11	2.809.495,77	-
Total	11.279.144,11	2.809.495,77	301,47%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.3.3.2 Pagamento de Restos a Pagar Não Processados

Ao analisarmos as Despesas Extraorçamentárias de Restos a Pagar Não Processados pagos do Órgão 26270 no 4º trimestre de 2018 (R\$ 34.339.603,88), verificamos um decréscimo de - 36,31% em comparação ao período anterior (R\$ 53.914.007,48).

Este valor do 4º Trimestre de 2018 se divide da seguinte forma por UG:

- 150224 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GETULIO VARGAS - R\$ 9.914.220,57; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. - R\$ 401.112,61;
 - ✓ BRINGEL MEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 436.150,68;
 - ✓ JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCI - R\$ 377.472,72;
 - ✓ CARL ZEISS DO BRASIL LTDA - R\$ 450.000,00;
 - ✓ MAQUET DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. - R\$ 336.000,00;

- 154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - R\$ 24.425.383,31; Os valores de maior representatividade se referem a:
 - ✓ FUNDACAO DE APOIO INST. RIO SOLIMOEES - R\$ 3.247.719,64;
 - ✓ ADAP COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIV. - R\$ 1.796.729,68;
 - ✓ DISGAL DIST DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AMAZONIA LTDA - R\$ 1.282.672,51;
 - ✓ S BEZERRA GUIMARAES MATOS E CIA LTDA - ME - R\$ 1.088.543,41;
 - ✓ DRIVE A INFORMATICA LTDA - R\$ 938.120,00;
 - ✓ GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - R\$ 830.399,69;
 - ✓ M E T INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS LTDA - R\$ 549.480,00;
 - ✓ 2A COMERCIO E TRANSPORTE POR NAVEGACAO DE COMBUSTIVEIS - R\$ 535.904,50;
 - ✓ VERA LUCIA DA SILVA MOULTHROP - EPP - R\$ 471.315,77.

Mais informações serão sendo melhor detalhadas nas Notas Explicativas de Restos a Pagar.

Tabela 45 – Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados.

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	34.339.603,88	53.914,007,48	-
Total	34.339.603,88	53.914,007,48	-36,31%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

5-Resultados da Análise dos índices da Demonstração do Fluxo de Caixa

4º Trimestre de 2018

5.1 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	56.473.613,69	50.492.746,28
INGRESSOS	914.668.876,01	902.276.352,08
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	-4.874.624,07	20.109.979,61
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	254.156,87	885.473,14
Receita Industrial	42.943,24	8.055,75
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	5.467.856,83	4.085.294,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.896.114,76	1.712.078,59
Transferências Correntes Recebidas	-12.535.695,77	13.419.077,95
Intergovernamentais	671.573,52	544.839,62
Dos Estados e/ou Distrito Federal	671.573,52	-
Dos Municípios	671.573,52	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	544.839,62
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	918.871.926,56	881.621.532,85
Transferências Financeiras Recebidas	219.316,22	553.422,94
Arrecadação de Outra Unidade	-	542,40
Demais Recebimentos	918.344.320,55	881.065.064,56
DESEMBOLSOS	252.577,09	-
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	55.712,70	2.502,95
Judiciário	-858.195.262,32	-851.783.605,80
Essencial à Justiça	-684.388.794,60	-694.041.995,45
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-150.632.677,58	-152.961.798,72
Cultura	-25.274.190,40	-21.590.964,09
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-508.075.914,35	-518.624.441,89
Habitação	-23.750,00	-413.584,30
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-49.028,00
Ciência e Tecnologia	-	-

	4º Trimestre de 2018	2º Trimestre de 2018
	-345.344,59	-400.000,00
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-30.000,00	-
Transporte	-6.917,68	-2.178,45
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-86.898.887,21	-72.542.490,64
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-86.778.630,70	-72.542.490,64
Transferências Concedidas	-86.907.580,51	-85.199.119,71
Intergovernamentais	-120.256,51	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-221.316,22	-433.973,64
A Municípios	-86.686.264,29	-84.765.146,07
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações		
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-23.850.599,96	-31.752.958,48
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-23.850.599,96	-31.752.958,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-22.807.753,60	-31.644.000,34
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.042.846,36	-108.958,14
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.623.013,73	18.739.787,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	31.013.524,44	12.273.736,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	63.636.538,17	31.013.524,44

5.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - INGRESSOS

5.2.1 Receitas Derivadas e Originárias

Ao analisar os ingressos das "Receita Derivadas e Originárias" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -124,24% quando comparado o 4º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Esse decréscimo é consequência principalmente da variação das "Outras Receitas Derivadas e Originárias", que apresentou uma redução de -193,42% neste mesmo período, pois o item em questão no 2º Trimestre de 2017 contava com o valor de R\$ 12.636.908,01 provenientes dos recursos do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e sua efetiva devolução só ocorreu no último de 2018. Maiores detalhes sobre o valor em questão se encontram em nosso Balanço Patrimonial.

Outro item que apresentou decréscimo foi o de Receita Patrimonial, com uma variação de -71,30%, no 4º Trimestre de 2018 e um saldo de R\$ 254.156,87, enquanto no mesmo período de 2017 apresentava um saldo de R\$ 885.473,14. Esse decréscimo decorre da ausência de pagamentos da cessão de espaço onerosas da empresa que fornece refeições no Restaurante Universitário no Campus de Manaus, bem como o espaço cedido para o Banco do Brasil.

Diante de tal situação, foi solicitado posicionamento e Parecer do Departamento de Contratos e Convênios através do Memorando nº 390/2018-DEFIN sobre a empresa fornecedora de refeições, bem como informando a continuidade das isenções através do Memorando nº 477/2018 a Proadm. No entanto, foi informado pela Pró-Reitoria de Administração que foram autorizadas 6 meses de isenções para a empresa devido a mesma ter realizado serviços de adequação estrutural, elétrica e sanitária do Restaurante Universitário, onde na época a Prefeitura do Campus não teria condições de realizar tal exigência imposta pela inspeção da VISA Manaus. Além disso, após reuniões com os Departamentos envolvidos, a Prefeitura do Campus informou que só 50% da obra tinha sido realizada e como providências o Departamento de Assistência Estudantil definiu o prazo final de conclusão da obra em fevereiro de 2019. Até o momento, não obtivemos nenhuma resposta sobre as providências em relação ao elevado número de isenções dadas a esta empresa, superiores ao valor da planilha de orçamento dos serviços.

Em relação ao espaço para o funcionamento da agência bancária UFAM e Posto de Atendimento Bancário - PAB Minicampus do Banco do Brasil possui um termo de cessão onerosa de uso nº 01/2014 de espaço físico entre a UFAM e o Banco do Brasil com previsão de pagamentos mensais. Dessa forma, foi dada ciência e solicitada providências para a Pró-Reitoria de Administração e Finanças dessa inconsistência através do Memorando de nº 391/2018 - DEFIN. Como resposta, foi anexado ao Memorando nº 071/2018-Centro de Convivência, os comprovantes de pagamentos do Banco do Brasil em relação a esta cessão durante o exercício de 2018, porém foi verificado que as Guias de Recolhimento da União – GRU estão sendo emitido com o código de Serviços Administrativos. Dessa forma, a Coordenação de Contabilidade informará a Pró-Reitoria de Administração sobre o assunto, bem como pedindo providências quanto a correção.

Tabela 46 – Receitas Derivadas e Originárias

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	-4.874.624,07	20.109.979,61	-
Total	-4.874.624,07	20.109.979,61	-124,24%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Ao analisar os "Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento" do Órgão 26270, observou-se um decréscimo de -24,89% quando comparado o 4º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Essa variação é consequência principalmente do item "Aquisição de Ativo não Circulante", que apresentou uma redução de -27,92%.

Isso se deve à redução dos Restos a Pagar não Processados Pagos relativos às despesas de capital. Maiores detalhes constam no Anexo de Restos a Pagar.

Tabela 47 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	23.850.599,96	31.752.958,48	-
Total	23.850.599,96	31.752.958,48	-24,89%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.3.1 Outros Desembolsos de Investimentos

Em relação ao item de Outros Desembolsos de Investimentos, verificamos que houve o aumento de 857,11% quando comparado o 4º Trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017. Isso se deve ao crescimento, dentre os empenhos liquidados pagos, de despesas de capital que foram pagas na forma de indenização ou reconhecimento de dívida, chegando ao percentual de 8,21% do total pago para esse tipo de natureza de despesa até o 4º Trimestre de 2018.

Na nota explicativa anterior, tal fato foi documentado à PROADM através dos Memorandos de nºs 276/2018 - DEFIN e 312/2018 para ciência e providencias quanto à justificativa pelo pagamento de Despesas de Capital por meio de Indenização e Reconhecimento de Dívida. Em resposta, o Departamento de Contratos e Convênios através da Informação nº 101/2018 informou que "há uma ação de monitoramento junto as fiscais dos contratos vigentes por parte do Departamento de Contratos e Convênios, a fim de que se mitigue ou cessem os processos para reconhecimentos de dívidas e indenizações", bem como seja feito em paralelo, conforme determinação da Pró-Reitoria de Administração a abertura de processo para apuração de responsabilidade em todos os reconhecimentos de dívidas ocorridos neste ano. Apesar dos esforços descritos acima, no último trimestre de 2018, houve o acréscimo do pagamento de R\$ 164.977,13

referente a construção da residência universitária da UFAM no Campus de Benjamin Constant.

Tabela 48 – Outros Desembolsos de Investimentos

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	1.042.846,36	108.958,14	-
Total	1.042.846,36	108.958,14	857,11%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

5.4 GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante positivo de R\$ 32.623.013,73, representando a diferença entre os valores "Inicial" e "Final" do Caixa e Equivalentes de caixa. Cabe ressaltar que a variação percentual de 74,08% se acentua devido à presença de valores da folha de pagamento que devido mudança de rotina de pagamento no encerramento do exercício o seu processamento aconteceu efetivamente em janeiro de 2019.

Tabela 49 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.623.013,73	18.739.787,80	-
Total	32.623.013,73	18.739.787,80	74,08%

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.